

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COMUNICAÇÃO SOCIAL – RÁDIO E TV

SYLMARA DURANS DINIZ

CUIDADO COMO VÍNCULO SOCIAL: uma interface em construção

São Luís
2025

SYLMARA DURANS DINIZ

CUIDADO COMO VÍNCULO SOCIAL: uma interface em construção

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Bezerra Costa

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Diniz, Sylmara Durans.

CUIDADO COMO VÍNCULO SOCIAL : uma interface em
construção / Sylmara Durans Diniz. - 2025.
64 p.

Orientador(a): Ramon Bezerra Costa.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicacao Social -
Rádio e Tv, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2025.

1. Comunicação. 2. Cuidado. 3. Vinculação Social. 4.
Ética do Cuidado. I. Costa, Ramon Bezerra. II. Título.

SYLMARA DURANS DINIZ

CUIDADO COMO VÍNCULO SOCIAL: uma interface em construção

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Bezerra Costa (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura

Universidade Federal do Maranhão

À ancestralidade que me guia, Joana Ferreira
(*in memoriam*), Severina Rosa (*in memoriam*),
Gracimar Durans e Flora Diniz

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse ponto da travessia enche meu coração de alegria, sinto que foi uma longa jornada até aqui. Nos últimos anos, eu morri, mas renasci parindo a mim mesma. Atravessei mangues que tingiram meu corpo de lama, mas foi nas *águas de um rio que Oxum me abraçou, foi na hora derradeira sob a pedra de Xangô*. Agradeço ao senhor dos caminhos, às forças visíveis e invisíveis pelo movimento e direção, celebro a persistência, a coragem, a disciplina, o amor e o cuidado que fundam a minha existência. Eu não ando só e nunca conseguiria chegar aqui sozinha.

À minha filha, Flora, pela paciência, compreensão e parceria, mas principalmente por reencantar meus dias com a beleza da sua presença. Neni, tu és um raio de sol a iluminar minha vida!

À minha mãe, Geysi, meu pai, Carlos (*in memoriam*), Ana, Celo, Antônio, Nu, Gá, Danes, Augusto, Henrique, Jéssica, Ayô, Akin, Maíra e Abdon, pelo amor incondicional e esforço incansável de transformarmos a nossa família em uma comunidade forte e resiliente orientada pelo amor. *Eu sou porque nós somos!* E nós somos uma árvore cheia de vida.

À minha família extensa, em especial tio Zeca, Leila, Leda e Rodolfo, que cuidaram de mim e me protegeram em um momento difícil. Vocês me ajudaram a renascer!

Aos meus amigos e amigas, próximos e distantes, de agora e de longa data, por reflorestarem minha vida, meu imaginário e me ensinarem a amar bonito. Por me concederem escuta generosa criando as condições necessárias para que esse pensamento emergisse de um lugar orgânico; quero envelhecer com vocês!

Ao grupo de pesquisa Comunicação, Tecnologia e Economia (ETC), por ter sido minha comunidade dentro da universidade. Nosso encontro potencializou meu entusiasmo e manteve meu coração aquecido. Somos uma equipe incrível; que sorte, viu?

A Ramon Bezerra, que me orienta desde que nossos caminhos se cruzaram com muito respeito, compromisso e dedicação; também por cuidar dos meus caminhos na pesquisa, proporcionando um ambiente de liberdade e autonomia. Ainda bem tu existes!

A toda equipe do Laboratório Experimental de Jornalismo da UFMA (Laborejo), pelas possibilidades de experimentação jornalística que me ensinam a fazer da dúvida ofício, da escuta compromisso e da palavra ferramenta de transformação.

Ao Diretório Acadêmico de Comunicação, gestão Vladimir Herzog, por ter soprado ventos de transforma(ção) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), graças ao nosso engajamento com as lutas sociais dentro e fora da universidade. Vocês me deram ânimo!

Às professoras e professores dos Cursos de Comunicação Social da UFMA, pelos fundamentos valiosos, em especial Flávia Moura, Patrícia Azambuja, Josie Bastos, Gisa Carvalho e Saylon Sousa, pelas oportunidades de trabalhar conjuntamente em diversos projetos.

A Jorge, Gilson e Giovani, técnicos dos laboratórios de Rádio e TV, pela paciência e parceria.

Ao Coletivo Mães da UFMA, por me permitir integrar minha experiência materna com as vivências universitárias e fazer disso agenda de lutas para que outras mães possam ocupar esse espaço na produção de conhecimento.

A TV UFMA e à Rádio Universidade por terem sido duas grades escolas durante todo processo de formação.

Agora, volto ao meio para abrir novos começos.

“Olha pra mim! Muda essa história! Para de achar que a gente é um destino, muda essa história. Tem bala aí. E tem gatilho. Tem eu aqui agonizante, tem meus peitos explodindo. De leite e de dor. Tem você. Mulher como eu. Filha. Tem bala aí. Tem ele que vai chegar. Tem teu braço que você vai levantar e apontar para ele, tem tua mira. Tem essas palavras que estou dizendo há horas pra vocês e se precisar digo de novo, e de novo, e de novo, muda essa história. Tem bala aí. E tem gatilho também. Mata”.

(Grace Passô)

RESUMO

O presente trabalho buscou refletir sobre a interface entre comunicação (Sodré, 2014) e cuidado (Hirata, 2022); para tanto, aproximou os conceitos estudados buscando evidenciar o cuidado como processo de vinculação social. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, pautada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios do Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros; dados secundários provenientes de bases de dados pré-existentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de marcos regulatórios relacionados ao tema, como a Política Nacional de Cuidados (PNC) do Brasil. Foram reunidas diferentes acepções dos conceitos em análise e suas principais características, com vista a favorecer a compreensão dos processos de vinculação social. Para abordar o cuidado sob o prisma comunicacional, fez-se necessário compreender os contextos em que os sujeitos estão inseridos, os valores que organizam suas existências e como os afetos mobilizam suas condutas no interior das relações que os constituem de modo geral. Diante de uma crise no provimento de cuidado ao redor do mundo, o envelhecimento em ritmo acelerado da população brasileira e a aprovação de uma PNC no país, por meio da Lei nº 15.069/2024, o cuidado passou a ser reconhecido como direito universal, cuja garantia exige responsabilidade compartilhada entre Estado, família, sociedade civil e setor privado. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de regulamentação dessas esferas, incluindo-se as comunidades, levando em consideração fatores interseccionais. Portanto, a comunicação, enquanto ciência que atua na produção e organização dos sentidos, apresenta-se como um campo estratégico para projetar novas dinâmicas de vinculação social e elaborar estratégias de intervenção social que ofereçam respostas concretas a essa crise, promovendo um futuro em que o cuidado seja um valor universal.

Palavras-chave: comunicação; cuidado; vinculação social; ética do cuidado.

ABSTRACT

This study sought to reflect on the interface between communication (Sodré, 2014) and care (Hirata, 2022); to this end, it brought together the concepts studied, seeking to highlight care as a process of social bonding. This is an exploratory study with a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis of reports from the Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam), the Institute of Applied Economic Research (IPEA), the International Labor Organization (ILO), the United Nations (UN), among others; secondary data from pre-existing databases, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as well as regulatory frameworks related to the topic, such as Brazil's National Care Policy (PNC). Different meanings of the concepts under analysis and their main characteristics were gathered in order to facilitate understanding of the processes of social bonding. To address care from a communicational perspective, it was necessary to understand the contexts in which the subjects are inserted, the values that organize their lives, and how affections mobilize their behaviors within the relationships that constitute them in general. Faced with a crisis in the provision of care around the world, the rapid aging of the Brazilian population, and the approval of a PNC in the country through Law No. 15,069/2024, care has come to be recognized as a universal right, the guarantee of which requires shared responsibility between the state, family, civil society, and the private sector. The results of the research point to the need for regulation in these spheres, including communities, considering intersectional factors. Thus, communication, as a science that acts in the production and organization of meanings, presents itself as a strategic field for designing new dynamics of social bonding and developing social intervention strategies that offer concrete responses to this crisis, promoting a future in which care is a universal value.

Keywords: communication; care; social bonding; ethics of care.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo do capitalismo financeirizado.....	37
Figura 2 – Cinco fases do cuidado	55

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	COMUNICAÇÃO, COMUM E VÍNCULO SOCIAL	18
1.1	A indissociabilidade entre comunicação e vínculo	18
1.2	Afeto	21
1.3	Comunicação como construção de comunidades	25
2	O CUIDADO SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL.....	29
2.1	O conceito de cuidado	33
2.2	O gênero do cuidado: instinto materno e maternalismo	39
3	COMUNICAÇÃO E CUIDADO: a construção de uma interface	44
3.1	Cuidado como processo comunicacional.....	49
3.2	Por uma ética do cuidado	52
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Tenho dificuldade de precisar quando esta pesquisa começou, pois, antes mesmo de assumir a forma sistemática de uma investigação, foi um assombro a me perseguir. Fui atormentada por anos até conseguir identificar o tema, aprender a enunciar as perguntas, ser capaz de formular um problema, conhecer ferramentas e traçar um caminho possível para percorrer. Sinto que não escolhi escrever sobre cuidado, não como se escolhe entre isto ou aquilo; na verdade, fui impelida pela realidade concreta. Isso significa que a forma como meu corpo, minha história e minha existência foram atravessadas pelo cuidado fundaram as minhas necessidades individuais, por ampliar a compreensão desse fenômeno em sua dimensão coletiva e social. Não tive escapatória. Esta é talvez uma tentativa de decifrar a causa dos meus assombros e, quem sabe, elaborar as angústias que marcam as horas do meu desassossego.

O cuidado é uma atividade essencial à reprodução da vida em sociedade, faz parte das interações humanas e pode ser observado no cotidiano em múltiplas dimensões, por meio de ações com objetivos variados. Com base nos estudos acerca do tema, não há consenso sobre sua definição; por isso, é um conceito polissêmico, que perpassa diferentes disciplinas do conhecimento. Essa variedade de compreensões e abordagens impõe desafios ao abordá-lo, em função da sua complexidade. Ao longo deste trabalho, vou apresentar algumas acepções que me permitem observar o fenômeno a partir de um olhar comunicacional.

Devido à condição de extrema vulnerabilidade que constitui a existência, os seres humanos têm poucas ou nenhuma chance de sobreviver sem cuidado, são marcados por redes de dependência e interdependência com outros seres até o fim da sua vida. Por isso, o cuidado não é uma condição passível de ser superada, ela constitui a existência de modo ineliminável. A pandemia de Covid-19 colocou em evidência essa vulnerabilidade e as necessidades de planejamento social do cuidado na ordem do dia por todo o mundo.

A crise sanitária desestruturou repentinamente as redes de provimento de cuidado nos mais diferentes países; o isolamento social impediu a convivência e o compartilhamento de responsabilidades entre vizinhos, amigos e familiares; e diversas funções laborais foram consideradas não essenciais. Também nesse cenário, algumas instituições públicas e privadas responsáveis por garantir trabalho de cuidado tiveram suas atividades alteradas ou mesmo interrompidas, como creches, escolas, lavanderias, restaurantes, entre outras. Muitas pessoas ficaram doentes, exigindo cuidados integrais; mesmo aqueles que podiam pagar por serviços de cuidado não necessariamente poderiam contar com eles em virtude dos novos protocolos de relacionamento frente à ameaça de contaminação.

Apesar dos significativos avanços tecnológicos na sociedade atual, foi necessário encarar a dificuldade em lidar com uma ameaça invisível que atingiu mais de 39 milhões de pessoas e levou 715.689 a óbito no Brasil (Brasil, 2025). A crise sanitária lançou luz sobre uma crise no provimento de cuidado ao redor do mundo, em que as principais impactadas com a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado foram as mulheres.

Segundo dados da pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, cerca de 50% das mulheres brasileiras assumiram novas responsabilidades de cuidado e precisaram cuidar de alguém em 2020, e 41% das entrevistadas afirmaram estar trabalhando mais durante a quarentena (Gênero e Número; Sempre Viva Organização Feminista, 2020). Nesse período, também foi possível observar o aumento da violência doméstica, maior exposição das mulheres a contextos de vulnerabilidade, queda da sua produtividade acadêmica, perda de espaço no mercado formal, entre outros. A pandemia, no entanto, não inventou a desigualdade de gênero, nem a sobrecarga de trabalho, mas colocou o trabalho de cuidado e a maneira como a estrutura social se organiza a partir dele em evidência.

A reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico, o que mantém o mundo em movimento, e esse trabalho é majoritariamente realizado por mulheres remuneradas ou não (Frederici, 2019). O relatório “Prestação de cuidados: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno” apontou que meninas e mulheres são responsáveis por $\frac{3}{4}$ de todo o trabalho de cuidado não remunerado no mundo (Organização Internacional do Trabalho, 2018). Isso significa que elas estão muito mais ocupadas com o trabalho de cuidado não remunerado do que os homens, os quais, por sua vez, dedicam mais tempo a trabalhos remunerados.

De acordo com o Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam, 2020), o valor monetário global referente ao trabalho do cuidado não remunerado chega a US\$ 10,8 trilhões por ano, um montante três vezes maior do que o estimado para toda a indústria de tecnologia mundial. O que sustenta ainda hoje a gratuidade desse tipo de trabalho é a noção de que ele corresponde a uma manifestação de amor, aliado à ideia de uma necessidade intrínseca das mulheres, uma espécie de instinto natural, que teria raízes em seu sexo biológico. Segundo essas concepções, mulheres seriam naturalmente mais propensas ao cuidado.

Para Hirata (2022), o cuidado consiste em uma atividade de relação que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro, isto é, o cuidado é um tipo de vínculo social que organiza as formas de relacionamento na sociedade e é um fator determinante para a reprodução da vida. Por se tratar de uma atividade de caráter relacional, assim como a comunicação, nos interessa compreendê-lo como uma experiência que permite aos seres

humanos se constituírem como sujeitos e organizarem seus modos de vida. Para abordar esse fenômeno sob a perspectiva comunicacional, é necessário compreender os contextos em que os sujeitos estão inseridos, os valores que organizam suas existências e como os afetos mobilizam suas condutas no interior das relações que os constituem.

Em razão disso, a pesquisa relatada a seguir é de natureza exploratória, no sentido atribuído por Gil (2002, p. 41), uma vez que busca “maior familiaridade com o problema”, permitindo reflexões a respeito de conceitos pré-existentes, de abordagem qualitativa, por se concentrar em compreender um nível de realidade que não pode ser facilmente quantificado (Minayo *et al.*, 1994, p. 21), dado que se refere a um conjunto de significados, hábitos, valores e costumes. Por mais que os fenômenos estudados também possam ser observados a partir de variáveis quantitativas, estas não permitiram atingir meus objetivos, posto que o meu esforço neste trabalho é fazer aproximações conceituais.

Por isso, optei por realizar uma revisão bibliográfica associada à análise documental (Marconi; Lakatos, 2018) de relatórios da Oxfam, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU); entre outros; dados secundários provenientes de bases de dados pré-existentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de marcos regulatórios relacionados ao tema, como a Política Nacional de Cuidados (PNC) do Brasil, a fim de ampliar a compreensão do fenômeno estudado e favorecer a análise dos conceitos abordados.

Para Manzo (1971), a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver não só problemas já conhecidos, mas também explorar áreas em que eles ainda não se consolidaram satisfatoriamente. Trata-se, segundo o autor, de uma ferramenta essencial a qualquer pesquisa científica, pois auxilia na fundamentação teórica e na estruturação necessária da argumentação.

Ademais, por se tratar de um procedimento racional e sistemático, proporciona análise crítica de estudos já publicados e permite a verificação dos conhecimentos produzidos (Ferrari, 1974), além de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p. 45). Com a pesquisa bibliográfica, foi possível identificar o estado atual dos estudos a respeito do cuidado e da comunicação, entender seu percurso de desenvolvimento, identificar as principais referências, teorias e abordagens já desenvolvidas.

No presente trabalho, o objetivo geral é refletir sobre a interface entre os conceitos de cuidado e comunicação. Sob esse prisma, proponho como objetivos específicos: a) discutir os sentidos da comunicação como processo de vinculação social; b) compreender e sistematizar as principais características dos conceitos de cuidado; e c) sistematizar a interface entre cuidado

e comunicação, buscando demonstrar o cuidado como um processo comunicacional. Convém destacar que há, pelo menos, quatros aspectos que sustentam meu interesse e a importância desta pesquisa, divididos em dois níveis.

Em um primeiro nível, individual e subjetivo, ser filha de uma mulher que fez do cuidado da família seu projeto de vida, não por escolha real, mas por uma realidade compulsória, foi determinadamente para definição do meu objeto de pesquisa. Essa realidade, muito cedo, retirou-lhe do emprego formal e circunscreveu sua existência ao ambiente doméstico, impelida por múltiplas jornadas de trabalho para manutenção da casa, dos cinco filhos, do marido e, não raro, dos cuidados com sua família extensa, entre sobrinhos, mãe, tias, irmãs, vizinhos, amigos e até mesmo desconhecidos.

Cresci em meio às contradições dessa mulher, frequentemente exausta, que afirmou diversas vezes, com razão, ver-se como escrava do lar e, ao mesmo tempo, fez do ofício (re)existência. Minha mãe ofereceu aos filhos aquilo que não teve, defendeu arduamente o direito de estudarem, quando ela mesma não conseguiu concluir o ensino médio. Trabalhou incansavelmente na intenção de nos liberar do trabalho doméstico, tanto quanto possível, para que pudéssemos nos dedicar aos estudos, à leitura, à escrita, ao trabalho formal e a tudo mais que desejássemos fazer; ela fez da sua vida um caminho em direção à liberdade.

Apesar de reconhecer as marcas da violência do patriarcado em sua trajetória, o roubo das infinitas possibilidades de devir da sua existência, também reconheço e celebro as resistências que ela conseguiu colocar em curso a partir da sua trajetória. Ainda nesse plano, ter me tornado mãe aos 22 anos e ter visto uma vida surgir das minhas entranhas, que convocou todos os meus sentidos à complexa tarefa de gerar, parir, criar e cuidar de outro ser humano, me fez sentir na pele, de um modo particular, as violências de gênero, a dor da sobrecarga e a invisibilidade do trabalho de cuidado. Essa experiência é decisiva na construção do meu olhar acerca do fenômeno.

Em um segundo nível, social e macropolítico, a crise do cuidado, que eclodiu no contexto pandêmico, não está resolvida e tem exigido esforços de compreensão dos seus impactos, mas também de elaboração de alternativas que permitam vislumbrar a resolução dos problemas desencadeados. Essa necessidade concreta justifica a importância desta pesquisa, em um contexto em que as tendências apontam para o crescimento das demandas por cuidado na sociedade.

Segundo dados do IBGE (2022), até 2043, $\frac{1}{4}$ da população brasileira será composta por idosos acima de 60 anos. Considerando as projeções de idade e gênero, o envelhecimento da população brasileira está acontecendo em ritmo mais acelerado que o previsto, o que implica

diretamente um aumento por demandas de cuidado no país pela população mais idosa. Esse contexto tem demandado a elaboração de ações que favoreçam a reorganização da produção coletiva do cuidado na sociedade.

Como último aspecto que justifica esta pesquisa está a criação da Lei nº 15.069/2024, responsável por instituir, pela primeira vez no país, uma Política Nacional de Cuidado. Esse marco regulatório estabelece o cuidado como um direito e determina a necessidade de corresponsabilidade social entre Estado, família, sociedade civil e setor privado para suas garantias fundamentais. Dentre as suas diretrizes, também está a valorização do trabalho de cuidado (Brasil, 2024). Esse dado indica uma necessidade de regulamentação de diversas esferas da vida social, que precisarão repensar suas dinâmicas, culturas organizacionais, formas de relacionamento, propostas de valor, entre outros aspectos, tendo o cuidado em vista.

Esse conjunto de fatores evidencia a necessidade de diferentes áreas do conhecimento empreenderem esforços para compreender do fenômeno do cuidado em suas múltiplas dimensões e elaborar estratégias de intervenção social que permitam a construção de respostas frente à crise do cuidado, auxiliando na construção de futuros pautados em um novo regime moral em que o cuidado seja um valor universalizado. A comunicação como uma ciência que atua na produção e organização dos sentidos e como um campo estratégico pode contribuir significativamente para a implementação e elaboração de políticas de cuidado e projetar novas dinâmicas de vinculação social.

Além disso, consiste em uma oportunidade de esse campo do conhecimento refletir a respeito de um fenômeno central na sociedade e, conseqüentemente, ampliar seus objetos de estudo, criar metodologias e expandir as áreas de atuação profissional. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas comunicacionais a partir da perspectiva das mulheres, pois sua posição na estrutura social oferece a possibilidade de novas compreensões e a elaboração de novos sentidos sobre o cuidado e cumpre um papel de enfrentamento das lógicas de invisibilização e apagamento estruturais.

O presente trabalho foi organizado em três capítulos, a fim de explicitar o cuidado como fenômeno comunicacional. No primeiro capítulo, perscrutei as bases teóricas dos estudos comunicacionais, procurando refletir acerca da comunicação como processo de vinculação social, na esteira de Sodré (2014), Braga (2011), França (2001) e Costa (2018), calcada em um paradigma relacional e sensível em que os afetos e as afecções são condição originária para instauração do vínculo social, seguindo as pistas de Azambuja e Costa (2021), Núñez (2023), Spinoza (2016) e Sodré (2015). Para isso, também explorei a noção de comunidade como uma dimensão incontornável da existência que impele o sujeito à revelia da sua vontade ou

consciência para “ser-com” o que o circunda, conforme Esposito (2002), Paiva (2003), Sodré (2015) e Yamamoto (2023).

No segundo capítulo, analiso o conceito de cuidado sob uma ótica interseccional, isto é, com uma ferramenta analítica que nos permite observar o fenômeno em suas múltiplas articulações e complexidades, identificando suas principais características levando em conta as contribuições de Hirata (2022), Fraser (2024) e Frederici (2019). Por se tratar de uma atividade historicamente relegadas às mulheres, opto por aprofundar a compreensão do gênero, mas sem desconsiderar as questões raciais, a partir de Badinter (1980), Frederici (2019), Butler (2000), Scoot (2017) e Iaconelli (2023).

No terceiro capítulo, reúno minhas contribuições para refletir sobre a interface entre comunicação e cuidado e propomos um caminho de aproximação entre os conceitos a partir de Braga (2011) e Brugère (2023) para apresentar o cuidado como fenômeno comunicacional, procurando identificar o papel dos afetos e da comunidade nos processos de vinculação social sob uma perspectiva da ética do cuidado.

1 COMUNICAÇÃO, COMUM E VÍNCULO SOCIAL

No presente capítulo, estabeleço as bases conceituais que sustentam a perspectiva comunicacional da pesquisa que gerou este trabalho, calcada em um paradigma relacional e sensível, posto que considera a dimensão dos afetos e emoções como elemento constituinte das interações humanas. Ao longo dos tópicos, promovo conexões entre diferentes referências que nos permitem pensar a comunicação como base existencial, ou seja, uma experiência fundante dos sujeitos, um componente básico da vida social, o que determina e dá contorno para uma existência por meio dos processos de vinculação social entre humanos e não humanos, incluindo as tecnologias.

Isso implica reconhecer o vínculo como uma “força compulsiva” (Sodré, 2014, p. 200), que impele o sujeito para uma exterioridade à revelia da sua consciência ou vontade. Ao afirmar isso, o autor postula que a vinculação vai além de uma decisão deliberada do sujeito sobre os arranjos relacionais em que se insere. Não se trata de um produto da sua vontade simplesmente, mas sim uma condição incontornável da sua existência, isto é, o “eu” define-se pelo encontro com uma outridade — é por meio do encontro com aquilo que é externo a si que o sujeito se forma e constitui.

Comunicar-se é vincular-se e esse processo torna-se ato por meio da instauração de um comum, enquanto um vazio ou nada constitutivo, que é, ao mesmo tempo, expressão visível e invisível do vínculo social, como defende Sodré (2014, p. 211), para quem “existir é poder ser”. Essas potencialidades se expressam sempre em diferença; por isso, a comunicação é entendida aqui como um processo de organização simbólica das diferenças, que operam na dimensão vinculativa dos seres. O comum e o vínculo assumem assim uma existência simbiótica.

Além disso, destaco, nos subitens, algumas características desse campo do saber, que nos auxiliam na compreensão do fenômeno do cuidado — dentre elas, o vínculo, o afeto e a comunidade. O cuidado é entendido, conforme será formulado no último capítulo, como um processo de vinculação social e, portanto, um fenômeno comunicacional, pois se apresenta como *conditio sine qua non* para a existência humana. Ademais, é um fator determinante na produção e reprodução da vida social, sendo responsável por modelar instâncias de relacionamento entre humanos e não humanos.

1.1 A indissociabilidade entre comunicação e vínculo

A compreensão de comunicação que norteia esta pesquisa tem como referência o pensamento de França (2001), a qual postula a comunicação para além dos limites da sua dimensão funcional, em que o emissor e o receptor se revezam entre os turnos do processo de transmissão de mensagens por meio de aparatos sociotecnológicos. Essa visão funcionalista é uma herança, sobretudo, dos estudos oriundos da escola norte-americana *Mass Communication Research*, da década de 1950, consolidada como uma tendência de análise, figurando até hoje entre uma das compressões hegemônicas da comunicação, ao identificá-la com os meios de comunicação ou a mídia, a partir das funções desempenhadas dentro do organismo social (Sodré, 2015).

Para França (2001), no entanto, essa identificação produz prejuízos ao excluir formas comunicacionais particulares e não apresentar de forma evidente a natureza dos estudos nesse campo do conhecimento. Para a autora, a comunicação é uma ciência relacional, que reúne dimensões cotidianas e concretas, por se tratar de uma ação de criação e organização de sentidos e produção de representações por meio de símbolos e linguagens mediante diferentes suportes, sejam os meios de comunicação, o corpo ou as relações sociais, mas também institucionais, técnicas e profissionais. Por isso, a comunicação é também um “saber-fazer”.

Ainda que se constitua como uma “ação natural, naturalizada, inerente à vida social” (França, 2001, p. 24), integrando as ferramentas de sobrevivência, complexificou-se ao longo tempo, exigindo maior esforço para compreender suas especificidades. É possível afirmar que a dimensão naturalizada da comunicação, apontada pela autora, iniciada desde os primeiros dias de vida, deve-se ao fato de as práticas comunicativas estarem no cerne da reprodução da vida social, como uma instância de experimentação do sujeito em permanente atualização, por meio da qual ele se constitui individual e coletivamente.

Identificar a mídia como objeto de estudo da comunicação traz alguns embaraços (não traduz claramente a natureza dos estudos, exclui outras práticas), porque esta resposta está assentada num caminho errado: os objetos de conhecimento não correspondem exatamente às coisas do mundo, mas significam antes formas de identificá-las, de falar delas, de conhecê-las (França, 2001, p. 26).

Se a mídia ocupa um lugar central nas preocupações do campo comunicacional, isso se deve ao fato de ela interferir diretamente nas formas de interação e relações em sociedade. As transformações sociotecnológicas intensificaram os processos midiáticos. Entretanto, isso não quer dizer que os meios de comunicação possam ser considerados a preocupação basilar da comunicação. Eles interessam à comunicação, assim como às outras áreas. Para Braga (2011, p. 69), a particularidade do olhar comunicacional ao tentar apreender a realidade consiste em

“ver (em qualquer dos pontos das relações de fluxo entre esses elementos e processos) a interação social comunicacional em funcionamento, com seus objetivos, processos e tensões plurais”.

Em consonância com essa ideia, França (2001) define que o objetivo de uma análise comunicativa ou comunicacional é capturar o desenho das relações sociais, identificando como os sujeitos interlocutores se posicionam nas dinâmicas em curso para produção de sentidos e criação de formas simbólicas. É a partir desse prisma que considero o cuidado também como um objeto de estudo comunicacional. Como fenômeno social, o cuidado é historicamente determinado por questões de gênero e raciais e influencia diretamente na economia global, modelando a subjetividade dos seres humanos, atuando na produção de representações e identidades, definindo funções sociais, hábitos, costumes e produzindo formas particulares de relações sociais, conforme será discutido no segundo capítulo.

Seguindo essa direção, Sodré (2014) define a comunicação como uma ciência que se ocupa dos processos de vinculação social a partir do preenchimento de um vazio inerente aos seres humanos. Ela se expressa como um fazer organizativo operado na dimensão do vínculo. Segundo ele, o vínculo é a condição originária do ser, constituído a partir de um comum, isto quer dizer que a existência humana é determinada pela possibilidade dos sujeitos de “ser-com” tudo aquilo que está fora de si, seja outro ser humano, a natureza, um objeto, um artefato tecnológico ou mesmo uma mídia.

A comunicação, para o referido autor, deve ser pensada para além da transmissão de informações, como postulam França e Braga, pois corresponde a um “imperativo estrutural” (Sodré, 2014, p. 202) por meio do qual é possível criar confluências, ou seja, tornar comum as diferenças, garantindo que o princípio dinâmico da vida, o movimento, se expanda. Este comum a que se refere Sodré, não deve ser entendido como conteúdo pré-existente, como se estivesse situado em uma intersecção de dois conjuntos. O comum não é uma intersecção, mas sim uma condição de abertura da própria existência, pois antes mesmo de ser elaborado, o comum é sentido. A esse aspecto vou retomar mais adiante.

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como um ente (por exemplo, uma agregação ou um conjunto de sujeitos), mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem (Sodré, 2014, p. 214).

Ao unir opostos, a comunicação nutre e mobiliza a “predisposição à sociabilidade” (Sodré, 2014, p. 202). Para Santos (2019), filósofo quilombola, a confluência é uma lei que rege

a relação de convivência entre todos os elementos da natureza, entre orgânicos e sintéticos, resguardando suas singularidades, cuja diferença é um imperativo existencial que possibilita uma experiência de compartilhamento contrária à tentativa de processos homogeneizantes.

Por isso, “nem tudo que ajunta se mistura” (Santos, 2019, p. 68), a confluência decorre de um processo denominado por ele “biointeração”, em que os seres se relacionam a partir das suas diferenças de maneira integrativa, ampliando suas potencialidades, haja vista que “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente” (Santos, 2023, p. 15).

Dando continuidade a esse raciocínio, Costa (2018) entende o processo de vinculação social como um processo de produção social da subjetividade. Isso quer dizer, é um processo por meio do qual os sujeitos se constituem à medida que se vinculam. Sob essa perspectiva, a comunicação nunca é uma substância dada, mas corresponde a um movimento permanente de transformação.

1.2 Afeto

Como disse anteriormente, o comum, antes mesmo de ser elaborado, é sentido, e isso se deve ao fato de os afetos e as emoções humanas serem uma dimensão constitutiva do comum. Por isso, o afeto pode ser considerado uma espécie de matéria sensível que dá forma ao tecido complexo das estruturas e interações sociais. Como aponta Sodré (2015), o afeto e as afecções corporais são uma condição originária do vínculo, que extrapolam o código linguístico e a consciência. De acordo com Moura *et al.* (2020), os afetos são uma intensidade anterior ao sentido organizado por um signo conhecido, tratando-se de uma dimensão inqualificável, visto corresponder àquilo que se sente, mas não se consegue explicar.

Nessa direção, Costa (2018) acrescenta o caráter múltiplo e contraditório dos afetos e destaca sua participação nos processos de instauração do comum e, por conseguinte, de vinculação social. Razão e emoção foram apartadas de modo quase irreconciliável ao longo da história do pensamento humano, entretanto o filósofo holandês Baruch Spinoza (1632-1677) propôs um modelo epistemológico singular, que reposiciona razão e emoção, mente e corpo como momentos de uma unidade complementar. Para ele, tudo o que existe em si e por si mesmo é determinado por suas afecções.

Em seu projeto ético-filosófico, Spinoza (2016) faz um escrutínio dos afetos em busca de compreender suas causas e os define como parte da natureza humana, uma expressão da

variedade de modos de uma existência que determinam sua potência de agir, ou seja, capacidade de perseverar na existência. Para ele, os afetos produzem transformações no corpo dos sujeitos ao passo que ampliam ou diminuem sua capacidade de ação: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída” (Spinoza, 2016, p. 98). O afeto se constitui, assim, como experiência resultante do encontro entre corpos e deve ser considerado matéria-prima das relações.

“Afeto” não significa um sentimento de ternura ou amor. Significa, antes, nossa capacidade de interação, nossa capacidade de movimento e de sermos movidos em um fluxo interminável de trocas e encontros, que supostamente expandem nossos poderes e demonstram não apenas a infinita produtividade de nosso ser, mas também o caráter transformador — e, portanto, já político — da vida cotidiana (Frederici, 2019, p. 338).

O racionalismo de Spinoza (2016) se opõe ao *cogito ergo sum* de René Descartes, ao reconhecer que a capacidade perceptiva da mente se deve aos múltiplos arranjos que um corpo pode assumir, ao mesmo tempo que compete à razão a tarefa de moderar os afetos, mas não tem poder absoluto sobre eles. O filósofo recusa uma pretensa superioridade da razão em relação ao corpo e aos afetos.

Outro autor que convida a (re)conciliar razão e emoção é Sodré (2014), o qual prop  pensar a comunicação como expressão de uma comunhão, em que razão e emoção coexistem em um mesmo ser, posto que “o comum é sentido antes de ser pensado ou expressado, portanto, é algo que ancora diretamente na existência. O homem pensa porque existe, logo,   em comum” (Sodré, 2014, p. 204). Diante do exposto, a dimensão dos afetos e emoções consubstancia a existência. Nos termos do autor:

Nós nos juntamos socialmente primeiro por relações de coexistência, de proximidade. Estar simplesmente junto ainda que se odeie. Estar junto e brigar com quem não quer estar junto e fazer guerra. Essa relação, mesmo de fôrça, ainda   afeto. Isso significa que afeto é tudo que escapa à racionalidade instrumentalizada pelo signo, pela palavra (Sodré, 2015, p. 124).

  necessário, nesse contexto, recuperar a dimensão sociotécnica da existência, em que a natureza e os objetos técnicos têm participam do processo de vinculação social e afetam os modos de ser e estar no mundo. Esse processo é intitulado, por Sodré (2015), como “bios midiático” ou “bios virtual”, um ambiente que implica um outro modelo de gestão da vida social, em que a m dia assume um papel decisivo, influenciada por fôrças transnacionais do mercado, sendo capaz de afetar os indivíduos, mobilizando seus humores, estados de espírito e

remodelando seus hábitos e interesses, nos quais os afetos são sincronizados globalmente no interior de redes técnicas.

Nos termos de Sodré (2014, p. 289): “A vinculação não se refere apenas ao afeto como uma disposição originária (a *Stimmung* heideggeriana), mas também como algo que se globaliza por meio das tecnologias da comunicação: a mundialização dos afetos em tempo real”. Nesse panorama, os afetos são capturados para estimular ou modelar práticas de consumo e o bios midiático pode ser entendido como fenômeno modelador de modos de vida, responsável por mobilizar os corpos e instituir um imaginário cujas fronteiras com a vida concreta se borram com facilidade.

Esse fenômeno se caracteriza por uma realidade composta por fluxos de imagens e números que seguem atualizando as representações do real por meio dos novos suportes tecnológicos. Para Sodré (2015), essa esfera existencial é determinada por sua dimensão sociotécnica e, embora não use essa expressão propriamente, suas reflexões consideram a indissociabilidade entre o social e as dimensões técnicas e tecnológicas na constituição das formas de vida e relacionamento dos indivíduos. Segundo o autor, ela se relaciona intimamente com a reprodução do capital e a produção do desejo, não como manifestação singular do sujeito, mas como expressão do desejo do mercado.

O capitalismo como um modo de produção da existência estruturado a partir da divisão social e sexual do trabalho e uma racionalidade ao instituir tipos particulares de modos de existência, cujos princípios básicos são o direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, caracteriza-se pelo que Singer (2002, p. 8) denomina “apologia da competição”, e isso produz efeitos bastante sintomáticos na sociedade, como ansiedade, depressão generalizada e outros adoecimentos psíquicos.

Se a desigualdade é uma condição produzida e agravada por esse modelo econômico, ela também incide diretamente sobre os afetos, em que os indivíduos são estimulados a competir afetivamente por reconhecimento, visibilidade e atenção para constituir seu capital simbólico-emocional, tanto nas plataformas digitais como na esfera pública. No contexto da racionalidade neoliberal (Dardot; Larval, 2016), o afeto converte-se em mercadoria, mobilizando circuitos de consumo e produtividade, sendo instrumentalizado para produção de valor econômico (Sodré, 2007), como é o caso da publicidade ou dos algoritmos das plataformas digitais.

Nessa perspectiva, Núñez (2023) propõe repensar o modelo civilizatório que organiza os vínculos pautados em uma lógica colonial sustentada pelo princípio da “monocultura dos afetos”. A monocultura se expressa por meio de sistemas que impõem uma forma única de ser e se relacionar, buscando construir um domínio absoluto e hegemônico sobre os modos de ser.

A monogamia é um desses sistemas e, como regime que organiza os afetos, produz, conforme elucida a autora, inúmeras violências — dentre elas, a homogeneização e o apagamento das singularidades e especificidades, em que o medo do abandono e a descartabilidade são afetos comuns, principalmente entre sujeitos racializados.

Nesse bojo, Núñez (2023, p. 119) frisa que “é na relação com os demais seres que nos fazemos no mundo”, pois a existência corpórea é definida por suas afecções. Esse raciocínio é semelhante ao que apresentei anteriormente, mas resguarda também algumas particularidades. Em razão disso, a autora depõe em favor da necessidade de se cultivar outras possibilidades de relacionamento que abranjam a multiplicidade e a concomitância dos vínculos afetivos, em que a não hierarquização dos afetos possa coincidir com um processo de dignificação de todas as existências, orgânicas e sintéticas, humanas e não humanas.

A ideia de propriedade pode ser considerada um bioindicador que denota as condições de adoecimento da sociedade; haja vista que “a ideia de posse adoece a terra e o nosso corpo-espírito” (Núñez, 2023, p. 20), o seu pensamento oferece contribuições para a superação dos princípios de competição afetiva apresentados antes. A partir das cosmovisões do seu povo, a psicóloga guarani (2023, p. 20) é categórica ao afirmar que: “Viver bem é conviver sem posse”, pois, segundo ela, para os povos indígenas, “o rio não é nossa propriedade, o vento também não; não somos proprietários de nenhuma existência”.

Trago esse pensamento à baila por seu potencial transformador e sua capacidade de reflorestar nossa capacidade imaginativa em favor de múltiplas formas de se comunicar, isto é, de se relacionar com as demais existências. Isso se deve ao fato de a autora desnaturalizar um modelo arraigado e hegemônico, que estrutura as formas de relacionamento no presente erigidas sobre o princípio da propriedade, hierarquização, competição generalizada e marcadamente individualista, evidenciando suas implicações nos processos de vinculação social.

A teia de significados criada entre nós e os demais seres é o que sustenta a existência humana no mundo e está ancorada, consoante Núñez (2023), no modo como cada coisa é feita. Por isso, a autora aponta que os afetos são confeccionados artesanalmente, em uma dimensão cotidiana e concreta, em que os gestos também atuam na tessitura dos vínculos. Tal perspectiva traz especificidades para o entendimento de afeto e comunicação proposto, ao explicitar o poder de agência dos sujeitos frente aos processos de afetação.

A artesanania dos afetos é apresentada em uma perspectiva contracolonial, que evidencia o caráter da construção única, singular e irrepetível de cada trajetória, recusando os binarismos e procurando reconhecer seus efeitos nocivos, no tocante à obstrução da capacidade de reconhecimento das interconexões entre mente e corpo, razão e emoção, natureza e cultura.

Apesar de não trabalhar em uma ótica contracolonial, Rifkin (2016) define “consciência biosférica”, como uma capacidade de incluir todos os seres vivos, natureza e tecnologia como parte integrada e codependente de um mesmo ecossistema. Processo semelhante é definido como “biointeração”, por Santos (2019), enquanto lei que organiza os vínculos em estruturas orgânico-sociais de caráter contracolonial.

Conforme explicação de Núñez (2023, p. 117): “A luta anticolonial nos convida a um comprometimento com todos os seres, cuidando e sendo cuidados, sem que haja um vestibular especista e monogâmico orientando quem merece dignidade”. Com base no exposto, espero que esteja bem estabelecida a relação entre a comunicação como construtora de realidades por meio dos processos de vinculação social (Costa, 2018), da qual os afetos são uma dimensão inseparável.

Por se tratar de uma condição necessária à instauração do “comum”, os afetos, em sua multiplicidade, estruturam formas distintas de interação social e interferem também nas formas de os sujeitos perceberem e confeccionarem seus modos de vida. A depender das características dos afetos mobilizados em uma interação, a potência de ação dos indivíduos pode aumentar ou diminuir, isso implica reconhecer que os afetos são uma força criativa que atua na dimensão dos vínculos.

1.3 Comunicação como construção de comunidades

Outro aspecto fundamental para a compressão da comunicação como um processo de vinculação social é a noção de comunidade. O termo já foi escrutinado em diversos estudos ao longo da história do pensamento humano. Da Antiguidade clássica à Contemporaneidade, a comunidade segue reacendendo debates, mas, além de uma categoria de análise, ela será aqui apresentada como uma condição incontornável da existência e, talvez por isso, de tempos em tempos, insista em retornar à arena pública com novas nuances a serem descortinadas.

A comunidade pensada por Sodré (2014, p. 196), a partir de Roberto Esposito, não se trata de um simples arranjo grupal fruto de uma escolha de viver em conjunto; ela vai além disso, posto que “a comunidade é um organismo vivo, uma relação viva e recíproca”, em que os sujeitos se fundam à medida que compartilham uma existência coletiva, transmutando os limites da sua individuação e se constituindo em um processo permanente de alteridade.

Nesse sentido, a comunidade é uma instância formadora de sujeitos, e não um arranjo cumulativo de indivíduos, cujo estatuto de um ser depende da sua conexão com o que o circunda. Por isso, a comunidade é um tentar permanente, enquanto força mobilizadora para

agregação social, expressa o vazio ineliminável da existência humana, consubstanciado por um vínculo espiritual, a linguagem, que resulta em uma dimensão sempre inacabada e fronteira dos sujeitos. Nas palavras de Sodré (2014, p. 203):

  o conceito de comunidade (e n  qualquer entidade “comunitarista”) quem nos diz que ser é estar-junto,   ser-com. A proposição deixa ver o afastamento ou a diferenciação que, entretanto, nos relaciona ou vincula aos outros, entendidos não como sujeitos constitu  dos, mas como uma exterioridade, para a qual se abre originariamente o si mesmo. Para vincular-se, é preciso que cada um perca a si mesmo, que lhe falte o absoluto domínio da subjetividade e da identidade em função da abertura para o outro. A *communitas* a que se refere Esposito não é “o ‘entre’ do ser, mas o ser como ‘entre’”.

Diante disso, a comunidade se apresenta como um organismo diverso, heterog neo, conflituoso e singular, oriundo da necessidade de pertencimento e reconhecimento da própria existência, que se instaura não são por processos de identificação; antes disso, é uma instância de confronto com a diferença. Consiste em uma forma de vínculo social da qual depende a sobrevivência dos sujeitos e, ao mesmo tempo, que representa uma ameaça à identidade dos indivíduos. Para Esposito (2002, p. 15): “ela — fazendo-o entrar em contato com aquilo que ele não é, com seu ‘nada’ —, é a mais extrema de suas possibilidades, mas t mo a mais arriscada das ameaças”.

Em virtude disso, Esposito (2002) vai além da compreensão da comunidade como instância de ordenamento dos laços coesivos e a define como uma fenda que circunda e perfura o social. Em busca de um sentido radicalmente novo, o referido autor lança luz sobre essas ambivalências, ao decifrar a etimologia do termo latino *communitas* e as contradições que ele reúne, apresentadas por vários filósofos no curso do pensamento ocidental. Para ele, o termo denota um conjunto de pessoas vinculadas por uma d vida resultante de uma afetação.

Isso implica que os indivíduos são afetados nessa relação e transformados por ela, tanto pela d vida mútua que contraem quanto pela falta compartilhada que os impele a uma experiência de alteridade, deslocando-os de si para colocar em contato com uma ausência que os mobiliza em devir. A partir disso, é possível depreender que a comunidade institui um vínculo de obrigação e responsabilidade, o qual reúne uma dupla dimensão: comunidade e imunidade, integração e dissolução ou, ainda, abertura e fechamento. Assemelha-se ao que Sodré (2015) postula sobre a responsabilidade como expressão do vínculo comunitário, em que a linguagem cumpre um papel ordenativo simbólico por meio do acolhimento das diferenças.

É preciso ter sempre presente essa dupla face da *communitas*: ela é simultaneamente a mais adequada, aliás, a única dimensão do animal “homem”, mas t mo sua

derivação potencialmente dissolutiva. Desse ponto de vista, então, a comunidade não é identificável com a *res pública* — com a “coisa” comum; mas é, antes, o buraco para o qual ela continuamente corre o risco de resvalar, o desmoronamento que se produz em seus flancos e em seu interior. Essa fenda que circunda e perfura o “social” sempre foi vista como o perigo constitutivo *da*, além de *na*, nossa convivência: conta a qual ela precisa proteger-se, mas sem esquecer que ela mesma a determina; o limiar que não podemos deixar para trás, pois desde sempre nos excede como a nossa própria origem in/originária (Esposito, 2002, p. 15-16).

A respeito da comunidade como um vazio e da aparente oposição entre *communitas* e *immunitas*, também possível de ser expressa no par abertura e fechamento, a *immunitas* é apresentada por Esposito (2002) como um efeito contrário à agregação comunitária, muito presente na sociedade moderna, marcadamente individualista. A imunização consiste em uma proteção do sujeito da dívida comunitária que implica um senso de responsabilidade pelo outro, a fim de preservar sua autonomia. A *immunitas* age, portanto, contra os perigos da dissolução da identidade do indivíduo pelo coletivo da comunidade, distanciando-o das vivências comuns.

Nesse prisma, Yamamoto (2023) argumenta que a comunicação midiaticizada implica uma forma imunizada de relacionamento; ele se posiciona frente aos efeitos da imunização associados, pelo autor, à ideia de resignação, produtivismo, competição e violência contra o diferente. Todavia, cabe observar que a imunização a que se refere Esposito é uma condição negativa que visa proteger o sujeito dos efeitos dissolutivos da comunidade, de uma perda radical da sua identidade em favor de um processo de alteridade e constituição a partir de uma existência compartilhada.

No entanto, recusando os binarismos e maniqueísmos, Yamamoto (2023) destaca a necessidade de um esforço que, ao invés de buscar a eliminação da imunização, procure o equilíbrio entre essas instâncias (*immunitas* e *communitas*) — e Nego Bispo parece concordar, a fim de “transformarmos as nossas divergências em diversidades e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências” (Santos, 2019, p. 69). Tanto para Yamamoto (2023) quanto para Santos (2019), esse é o grande desafio resolutivo da atualidade.

Imunizar é saber lidar com conflitos, não cancelá-los. Isto vale internamente e também contra os inimigos, já que a imunidade pode ser uma forma de isolamento, proteção negativa, erigindo limites claros ao que é externo. Com a imunização, a coletividade antecipa problemas, articula leis que possam inocular ameaças, está pronta para o risco antes do contato com “a doença” (Radomsky, 2017, p. 464).

Assim, reconhecer as ambivalências do conceito de comunidade é seguir um caminho na mesma direção trilhada por Paiva (2003), a qual nos convoca a recusar uma concepção romântica que circunscreve a comunidade como entidade pacífica, em que todos os seres

conviviam de forma harmoniosa uns com os outros e o retorno a esse passado idílico resolveria os problemas do presente. O que ela argumenta é que essa compressão, em última instância, imobiliza a capacidade de ação.

Para a autora, a comunicação é inseparável da comunidade, pois é no seu bojo que podem emergir novos sentidos, modos de vida e práticas sociais que atuem em favor de uma vida pautada no princípio da justiça social. Nesse sentido, a comunidade é um instrumento cultural mobilizador de transformações sociais, “é o que permite ao indivíduo e aos grupos vislumbrarem a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (Paiva, 2003, p. 10-11) e reprojeter comunitariamente o futuro.

A solidariedade é um afeto necessário à construção de uma comunidade, configurando-se como um saber particular de convivialismo, e Paiva (2003) avalia não se tratar simplesmente de uma disposição filosófica humanista, mas de uma estratégia de ação política e expressão da cidadania. Reconhecer a comunidade como instância promotora de cidadania lhe garante uma via concreta de existência como esquema gestor alternativo que permite ampliar a convivência entre os cidadãos e lhe confere maior poder de ação sobre o mundo.

As configurações de uma comunidade são múltiplas e diversas e podem projetar uma experiência compartilhada de construção de unidade em meio a diversidade. A comunidade pode operar como uma instituição intermediária, capaz de aumentar a coesão entre Estado e sociedade civil, mas também pode servir ao mercado, tornando-o mais eficiente. Por conseguinte, conforme explica Paiva (2003, p. 107): “Estabelecer vínculos, na ótica da possibilidade comunitária, significa instaurar um sistema capaz de gerar sentimento e o direito regidos pelo ‘fazer parte’ da coletividade. Esse pertencimento exige a adoção de regras objetivas de sobrevivência”.

Reconhecer a vulnerabilidade física e psíquica dos sujeitos, como dependentes uns dos outros, permite imaginar outros futuros possíveis para a vida comum a partir da valorização dos espaços de interdependência. Nesse percurso, tentei evidenciar que o processo comunicacional exprime comunidades, como um “vazio”, por meio do qual o “comum” da comunicação é instaurado. Logo, a comunidade é uma forma de vínculo social entre humanos, natureza e tecnologia, destinada ao compartilhamento da existência a partir das diferenças e responsável por fundar sujeitos e garantir suas existências.

2 O CUIDADO SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

O dia 11 de março de 2020 assinala um ponto de inflexão na história global, visto que, nesse dia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou oficialmente a iminência da pandemia de Covid-19, infecção respiratória aguda com alto poder de transmissibilidade, causada pelo novo coronavírus, até então desconhecido. O SARS-CoV-2 foi descoberto na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, e, apesar dos esforços de contenção, o vírus se disseminou globalmente. No dia 12 de março, foi registrada a primeira morte por Covid-19 no território brasileiro (Brasil, 2025).

O país estava sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, e sua gestão marcadamente negacionista tornou os dias que se sucederam ainda mais desafiadores, contribuindo para chegar à segunda posição no número de mortes no mundo (Werneck, 2021), com base em estudos do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O então presidente incentivou o consumo de medicamentos sem eficiência comprovada, contrariando as recomendações da OMS¹; criticou as medidas de distanciamento social²; disseminou desinformação acerca do uso de vacinas³; e desmontou políticas de igualdade de gênero e atendimento a mulheres⁴.

O governo deixou de investir 70% dos recursos disponíveis para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2020, no momento exato em que esse tipo de violência crescia no mundo. Isso porque, em função do isolamento social, essas mulheres ficaram confinadas com seus agressores no ambiente doméstico e crescia o empobrecimento de camadas mais vulneráveis (Werneck, 2021). Ao fazer isso, Bolsonaro acirrou a desigualdade de gênero e racial no país e desprotegeu as principais provedoras de cuidados.

Segundo o relatório *Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil*, da Oxfam (2021), pelo menos 120 mil vidas poderiam ter sido salvas no primeiro ano de pandemia, caso tivessem sido adotadas adequadamente medidas preventivas, incluindo: distanciamento social, contenção de aglomerações e fechamento temporário de instituições de ensino e estabelecimentos comerciais. Diversos especialistas e organizações, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a OMS e os

¹ O *Nexo Jornal* organizou uma cronologia sobre os entendimentos acerca do uso de cloroquina na pandemia de Covid-19 no Brasil (Bertoni, 2023). Para saber mais, conferir: <https://shre.ink/xQHa>. Ver também discursos oficiais em que o presidente Jair Bolsonaro defendeu o uso desse medicamento, contrariando as recomendações científicas (Guerra, 2021): <https://shre.ink/xQLA>.

² O distanciamento social era apresentado como medida fundamental para contenção do vírus, mas, no Brasil, o presidente foi na direção contrária (Moraes, 2021). A respeito, conferir: <https://shre.ink/xQa4>.

³ Para saber mais sobre obstruções no processo de imunização da população brasileira (CPI [...], 2021), ver: <https://shre.ink/xQau>.

⁴ Acerca do aumento da violência contra mulher durante a pandemia e do desfinanciamento de políticas públicas de proteção (Think Olga, 2020), conferir: <https://lab.thinkolga.com/violencia-contra-as-mulheres/>.

Médicos Sem Fronteiras, alertaram que a ausência de responsabilidade científica na gestão da pandemia foi um fator de agravamento nas consequências sanitárias, mas essa não era a única voz que ressoava, o país enfrentava uma intensa onda de polarização política e disseminação de notícias falsas.

Diante das mudanças nos protocolos de interação social, a Internet e as plataformas digitais ganharam destaque como espaços de sociabilidade e não estavam isentas de perigos. Nesse âmbito, o país passou a enfrentar uma “infodemia”, fenômeno provocado pelo excesso de informações produzidas, nem todas verdadeiras, sobre determinado assunto, que podem se multiplicar rapidamente (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). Ficou comprovado que líderes políticos de direita e extrema direita foram responsáveis por propagar desconfiança na ciência, o que, além de colocar em risco a saúde, comprometendo a capacidade de cuidados individuais e coletivos, configurava uma ameaça contundente à democracia (Ferreira, 2020).

Como se não bastasse o perigo representado pelo vírus, que lançou luz sobre a condição de vulnerabilidade da espécie humana, ocorreu a orquestração de uma política de extermínio, cujos alvos prioritários eram mulheres e populações racializadas (Ferreira, 2020). A pandemia vitimou sonhos, amores, instituições, políticas e marcou para sempre a história dos brasileiros, nos colocando ante o horror estruturante do capitalismo em sua face financeirizada (Fraser, 2024) e nos obrigando a reconhecer o estado de sofrimento instalado antes mesmo do período pandêmico. Afinal, priorizar o lucro ao invés da vida não foi exatamente uma novidade.

Ao recusar o enfrentamento da Covid-19 em nome da “saúde” da economia, o governo federal se tornou cúmplice de mortes que poderiam ter sido evitadas e não logrou reverter a recessão econômica. Essa escolha política nos conduziu para uma situação na qual não dispomos de políticas efetivas contra a Covid-19, nem obtivemos melhorias nas taxas de emprego e renda (Werneck *et al.*, 2021, p. 5).

Embora tenha surpreendido parte expressiva da população, uma pandemia de caráter global foi prevista por cientistas, alertada por profissionais de saúde, autoridades sanitárias e líderes políticos, como Barack Obama, em 2014. De acordo com o ex-presidente dos Estados Unidos da América:

Pode e provavelmente chegará um momento em que teremos uma doença mortal transmitida pelo ar. E para que possamos lidar com isso de forma eficaz temos que implementar uma infraestrutura - não apenas aqui em casa, mas globalmente - que nos permita percebê-la, isolá-la e responder a ela com rapidez. E também requer que continuemos o mesmo caminho de pesquisa básica que está sendo feito aqui [nos Estados Unidos]. Assim, se e quando uma nova cepa de gripe, como a gripe espanhola, surgir em cinco anos ou em uma década, teremos feito o investimento e estaremos mais adiantados para sermos capazes de contê-la. É um investimento inteligente a ser feito. Não é apenas seguro; é saber que no futuro continuaremos a ter problemas como

esse — em especial num contexto globalizado — em que você vai de um lado do mundo para outro em um só dia (Obama, 2014).

Ao reconstituir o quadro da pandemia, procurando evidenciar as desigualdades na distribuição da dor provocadas pela crise sanitária, mas, antes disso, pelo modo como a vida comum é organizada, Ribeiro (2022) deixa claro que, apesar de as previsões terem sido feitas com anos de antecedência, não foi possível evitá-la. Se era certo que os modos de vida estavam conduzindo para um colapso, restava apenas saber quando ele ocorreria. Embora a pandemia de Covid-19 tenha sido considerada superada em 2023, continua sendo iminente a edição de novas pandemias, talvez em intervalo ainda mais curto e com consequências mais devastadoras (Ribeiro, 2022).

Esse quadro colocou o cuidado no centro das preocupações políticas em nível global e revela a “crise do cuidado” atravessada na atualidade, como explicitarei a seguir. Após longos anos de negociações, em 20 de maio de 2025, foi celebrado, pela primeira vez na história, o “Acordo sobre Pandemias”, entre os países membros da OMS, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde. Objetivou-se ampliar a capacidade de preparação e enfrentamento a tais eventos extremos mediante a garantia de acesso equitativo às ferramentas de prevenção, como vacinas, equipamentos de proteção individual, informação e conhecimento especializado, além de acesso à assistência médica irrestrita para todas as pessoas (WHO, 2025).

A consolidação de um acordo dessa natureza pode apresentar perspectivas animadoras em torno da construção de um pacto civilizatório mínimo que oriente coletivamente a tomada de decisões, tendo o cuidado como valor universal e direito básico e fundamental de todos os seres. Por outro lado, indica uma contradição estruturante do sistema capitalista, entre produção e reprodução da vida social, como pontuado por Fraser (2024) e corroborado por outros autores, como será visto a seguir. Se é preciso uma preparação para novas pandemias, é porque algo na estrutura desse sistema, no modelo de desenvolvimento dessa ordem social, compele a isso.

Essa contradição será apresentada como a raiz que sustenta a distribuição desigual dos impactos da pandemia que afetaram mulheres e meninas de maneira desproporcional, com ameaças ao seu desenvolvimento e bem-estar em todas as áreas. Desencadeou-se uma crise no cuidado resultante do processo de desvios emocionais e materiais característicos do capitalismo, mas que abrange uma crise da reprodução social em sentido mais amplo (Fraser, 2024), com a qual é necessário lidar atualmente.

Segundo Hirata (2022, p. 8): “A pandemia mostrou a centralidade do cuidado na nossa vida e a importância do trabalho de cuidado no funcionamento da sociedade como um todo”. Mas, diferentemente do que poderiam sugerir chavões como “estamos todos no mesmo barco”,

o que se observa, na verdade, é a evidente desigualdade que organiza a vida comum e como ela incide nos processos comunicacionais aqui estudados, como é o caso do cuidado, conforme apresentarei a seguir.

Um exemplo disso é o caso de Mirtes Renata Santana de Souza, mulher negra, trabalhadora doméstica, que continuou suas atividades durante o *lockdown* por medo de perder o emprego na casa do então prefeito da cidade de Tamandaré/PE, Sérgio Hacker Corte Real, contrariando o decreto do governo estadual, que estabelecia o trabalho doméstico como não essencial durante a pandemia.

Em 2 de junho de 2020, em virtude do fechamento das escolas, como medida sanitária de prevenção, e sem uma rede de apoio e cuidados que lhe assistisse enquanto cuidava de outra família, Mirtes precisou levar Miguel Otávio Santana da Silva, seu filho de 5 anos de idade para o trabalho, localizado no Condomínio Pier Maurício de Nassau, prédio de luxo no Centro do Recife — realidade comum entre muitas trabalhadoras domésticas que não têm com quem deixar seus filhos para realizar trabalho remunerado (G1, 2020).

Enquanto Mirtes levava o cachorro da família Corte Real para passear, Miguel ficou no apartamento com Sari Mariana Costa Gaspar Corte Real, então primeira-dama de Tamandaré, Pernambuco, que fazia as unhas com uma manicure no local. Quando o menino começou a reclamar da ausência da mãe, Sari o deixou na porta de um elevador, apertou o botão que o levaria à cobertura, sozinho, para buscar pela mãe. Miguel não conseguiu encontrar a mãe a tempo. Após parar no 9º andar, caminhou até próximo dos condensadores de ar-condicionado, subiu em uma grade, mas se desequilibrou e caiu. Ao retornar do passeio, Mirtes encontrou o corpo do filho estirado no chão.

Toda a movimentação no elevador foi gravada por câmeras de segurança. No dia da morte de Miguel, Sari foi presa em flagrante por homicídio culposo, contudo, após pagamento de fiança no valor de R\$ 20 mil, obteve liberdade provisória. Sari e o marido chegaram a ser condenados a pagar uma indenização de R\$ 1 milhão por danos morais aos familiares de Miguel, porém a sentença foi suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o caso segue tramitando sem conclusão.

Com a repercussão internacional, o caso foi considerado, pelo Grupo de Trabalho da ONU (2020) sobre Pessoas de Ascendência Africana, uma evidência concreta do “racismo sistêmico” existente no Brasil e do nível de vulnerabilidade e desproteção das empregadas domésticas durante a pandemia, mas também das populações racializadas em geral. No caso das mulheres, esse caso põe em evidência o lugar social projetado especialmente para mulheres pobres e racializadas na sociedade brasileira, na qual o trabalho doméstico e de cuidado é um

destino social de servidão.

Trata-se de uma herança do período colonial escravocrata e com consequências na perpetuação de uma lógica de desigualdades em que se reencenam ciclos de opressão, de modo a conduzir populações negras à morte. No caso das crianças, à revelia do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no âmbito da proteção e garantia dos direitos, é possível observar que uma criança racializada pode ter sua vida ceifada por um motivo fútil e torpe, estando desprotegida apesar do ordenamento jurídico vigente.

Cabe salientar que “trabalhadora doméstica” é um termo que só emplacou, no Brasil, a partir de 2015, com a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), conhecida como a “PEC das Domésticas”, a qual passou a regulamentar uma dimensão do trabalho de cuidado, o serviço doméstico terceirizado (Brum, 2019).

Por envolver um aspecto estrutural do sistema reprodutivo brasileiro, incitou uma “fúria de classe” ao evidenciar a estrutura racista sobre a qual o país se sustenta. Com a implementação dessa política pública, as domésticas saíram da condição de escravidão contemporânea para se tornarem uma categoria de trabalhadoras exploradas, pois, quando é remunerado, esse trabalho é mal pago e não dá as devidas garantias à manutenção da vida dessas mulheres e dos seus filhos (Brum, 2019).

Pretendo, ao final deste percurso, evidenciar a natureza dessa desigualdade, como parte essencial para a compreensão do cuidado como um fenômeno comunicacional, a partir da interseccionalidade, ou seja, por meio de uma ferramenta analítica e política que auxilia na compreensão da complexidade de fenômenos e processos, articulados em múltiplas dimensões, como raça, classe, território, gênero, idade e outras, que se entrelaçam e moldam mutuamente (Collins; Bilge, 2021). Aspiro ainda compreendê-lo como instrumento que permite perceber a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019). Antes disso, é necessário um recuo para responder à pergunta que nos trouxe até aqui: o que é cuidado?

2.1 O conceito de cuidado

O cuidado é um termo polissêmico e um campo de estudo emergente, especialmente no Brasil, e será apresentado a partir das contribuições de Frederici (2019), Fraser (2024) e Hirata (2022), como um meio essencial de produção e reprodução da vida, determinado por fatores interseccionais e se configura como uma dimensão ineliminável da existência humana, tendo em vista a condição de vulnerabilidade ontológica dos seres humanos. Isso quer dizer que, para

existir e se constituir como sujeitos, os indivíduos dependem do cuidado do outro.

A verdade é que os seres humanos dificilmente ultrapassariam os primeiros dias de vida sem o cuidado dispensado com sua nutrição, regulação de fatores climáticos como frio e calor ou mesmo sem que alguém evitasse circunstâncias predatórias. Diferentemente de outras espécies ou mamíferos, bebês humanos levam meses para adquirir maturidade, desenvolver habilidades motoras básicas, como segurar um objeto ou se deslocar por conta própria. Além disso, não são apenas eles que se modificam, seus cuidadores também, uma vez que, segundo Conaboy (2024), a arquitetura funcional do cérebro das pessoas envolvidas no cuidado de um bebê também se transforma.

Esse remodelamento coincide com o esforço de mantê-lo vivo, porém não se trata de uma capacidade preexistente, tampouco de uma inscrição genética de caráter sexuado, ela se desenvolve com o tempo, em meio à exposição às práticas de cuidado. Em outros termos, o cuidado é uma prática que transforma os sujeitos por meio do desenvolvimento de conexões e vínculos, e não uma programação *a priori*. Por isso, afirma “cérebro materno não é sinônimo de cérebro de mulher nem de cérebro de parturiente. Pelo contrário, é o cérebro adquirido através do cuidado” (Conaboy, 2024, p. 9), e todas as pessoas podem desenvolvê-lo.

O crescimento de um bebê pressupõe envolvimento em uma rede colaborativa e complexa, em que se vinculam com humanos e não humanos, durante todas as fases da vida. Estão incluídos seus cuidadores primários, a família, profissionais de saúde, mas também o sol com fonte nutriz de vitamina D, água, as roupas para proteger do frio e de outras intempéries, as fraldas, as vacinas, medicamentos etc. Cabe observar que os elementos dessa rede podem variar de acordo com o contexto no qual estão inseridos.

Segundo Iaconelli (2023), mesmo sem consenso, hipóteses científicas apontam que o desamparo dos seres humanos e sua relação de dependência de cuidadores foram um fator determinante no processo evolutivo, garantindo o desenvolvimento de inúmeras habilidades, inclusive de vinculação, por meio da produção de cuidados ostensivos e prolongados. Para Hirata (2022), o cuidado abrange um conjunto de relações e atividades materiais que visam atender às necessidades dos outros e zelar pelo seu bem-estar, instituído por um processo relacional que depende da instauração de um senso de responsabilidade pelo outro e pode ser definido como uma relação de serviço, apoio ou assistência, envolvendo ou não remuneração.

Conforme pontua Hirata (2022, p. 30): “O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ela abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros”. Em decorrência disso, demonstra-se essencial à reprodução da vida social e à produção da força de trabalho, a qual, por sua vez, é condição

necessária à produção de mercadorias.

Convém destacar ainda que a ausência de cuidado, segundo Fraser (2023), implicaria o fim da cultura, da economia ou mesmo de qualquer organização política. Esse fato torna urgente e necessária uma compreensão multidisciplinar acerca do cuidado no capitalismo, haja vista a centralidade das atividades socio-reprodutivas e de suas demais condições não econômicas de fundo para constituição e manutenção desse sistema econômico que estrutura modos de vida e formas de relacionamento, bem como institui um tipo particular de subjetividade.

A atividade social reprodutiva remunerada ou não remunerada é necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade de produção econômica em uma sociedade capitalista (Fraser, 2023, p. 49-50).

Todavia, Fraser (2024) é categórica ao afirmar que o capitalismo surge e se desenvolve a partir da divisão entre a reprodução social e a produção de mercadorias. Essas duas dimensões enredam-se em uma contradição central no capitalismo, estando presentes em todas as suas fases de desenvolvimento. Isso se deve ao fato de a produção de mercadorias, em função do seu ímpeto irrefreado de acumulação, ameaçar constantemente as capacidades de reprodução da vida, condições de fundo para existência desse sistema. Contudo, em sua face financeirizada, assume uma forma específica, expressada a partir da crise do cuidado. “Entendo essa crise como uma vertente de uma crise geral que também abrange outras — econômica, ecológica e política, e todas elas se entrecruzam e agravam umas às outras” (Fraser, 2023, p. 46).

Ainda que o trabalho de reprodução social seja essencial em qualquer sociedade, nas sociedades capitalistas, ele assume a função específica de produzir e repor a mão de obra ou força de trabalho que gera mais-valor. Isso se deve ao fato de a reprodução social ser o elemento garantidor da acumulação capitalista; no entanto, é simultaneamente alvo do ímpeto destrutivo desse sistema. Logo, as tarefas do cuidado de si, da casa, dos filhos, dos idosos, dos doentes, das pessoas com deficiência, o preparo das refeições, a amamentação dos bebês, a lavagem de roupas, as idas ao supermercado, o acompanhamento dos filhos em tarefas escolares e tantas outras atividades assumem um papel central na economia global.

Assim, “Por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios e minas” (Frederici, 2019, p.

68). Diante disso, Fraser (2024) afirma que o capitalismo, em sua face financeirizada, é um sistema devorador de cuidados que opera por meio da exploração da riqueza de populações racializadas e cria as condições para a destruição das próprias condições de existência, eis aí o caráter autofágico desse sistema.

A economia capitalista depende — pode-se dizer, vive à custa — de atividades de provimento, cuidado e interação que produzem e mantêm vínculos sociais, embora não atribua a elas valor monetizado e as trate como se fossem gratuitas. Chamada por diversos nomes como “cuidado”, “trabalho afetivo” ou “subjetivação”, essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo sustentando-os como seres naturais encarnados, e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais, formando o *habitus* e o *ethos* cultural no qual se movimentam. O trabalho de dar à luz e socializar a juventude é central para esse processo, assim como cuidar das pessoas idosas, manter as casas, construir comunidades e sustentar sentidos compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social (Fraser, 2024, p. 92).

Fraser (2024) adverte que essa forma se constrói historicamente e segue se modificando, entretanto cumpre um papel central na subalternização das mulheres nas sociedades capitalistas modernas. Em seu livro, a autora denuncia que esse modo de desenvolvimento devora as capacidades de reprodução da vida, e isso se expressa pela pobreza de tempo e exaustão social generalizada: “o fato é que nosso sistema social está exaurindo as energias para cuidar das famílias, manter as casas, sustentar comunidades, nutrir amizades, construir redes políticas e estabelecer solidariedades” (Fraser, 2024, p. 89).

Posto que o trabalho de cuidado é responsável pela produção dos seres humanos e pela manutenção dos vínculos sociais, o que acontece quando as capacidades reprodutivas são continuamente esgotadas? Eis a chave para a compreensão do caráter cíclico tendencial das crises dessa sociedade. O capitalismo financeirizado estrutura-se na relação entre divisão-dependência-denegação, que produz um ciclo tendencial de periódicas desestabilizações e crises. Movido por um ímpeto de acumulação ilimitada dentro de um sistema finito, ameaça constantemente as condições de existência.

Como já apresentado, a divisão entre trabalho reprodutivo e produção econômica é a base desse sistema, ela produz invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidado ao relegá-lo à esfera doméstica como mecanismo de controle social. A produção econômica capitalista não é autossustentável, ela depende da reprodução social, “compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente” (Frederici, 2019, p. 20) e, por conseguinte, do trabalho de cuidado. Apesar disso, o sistema nega sua dependência e faz isso invisibilizando o trabalho reprodutivo, tornando-o

atributo intrínseco das mulheres e explorando corpos, vínculos e ecossistemas até a exaustão ou morte, comprometendo periodicamente suas capacidades produtivas (Fraser, 2024).

Figura 1 – Ciclo do capitalismo financeirizado



Fonte: A autora (2025).

Ainda hoje, tanto nos chamados países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. Segundo afirma Federici (2019), a família, tal como é conhecida no Ocidente, é uma instituição criada no capitalismo para garantir a reprodução de uma mão de obra estável e disciplinada.

Somente após as epidemias e o trabalho exaustivo dizimarem a força de trabalho — e mais importante, depois de as lutas proletárias entre 1830 e 1840 deixarem a Inglaterra à beira de uma revolução — foi que a necessidade de uma força de trabalho mais estável e disciplinada levou o capital a organizar a família nuclear como centro da reprodução da força de trabalho (Federici, 2019, p. 72).

Para compreender o fenômeno da divisão sexual do trabalho, recorro a Kergoat (2009), a qual aponta para a ideia de que essa divisão se pauta no conflito, na dominação e na opressão entre os sexos. Ela demonstra, em suas análises, a centralidade da divisão sexual do trabalho e, ao fazer isso, permite tanto reconhecer as mulheres, a população LGBTQIA+, os imigrantes e outras minorias, como trabalhadoras centrais na produção econômica das sociedades, quanto

amplia o conceito de trabalho compreendendo-o para além dos limites do trabalho formal. Inclui o trabalho doméstico, informal, parcial, não remunerado e de cuidado como produtores de valor.

A autora desvenda dois princípios básicos que operam essa divisão; segundo ela: a divisão sexual do trabalho se baseia na “separação” entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher e na “hierarquia” conforme a qual um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher (Kergoat, 2009). Com base nos termos apresentados, apesar do caráter essencial do cuidado na manutenção da vida e sua centralidade para o desenvolvimento econômico e social, somente a partir de 2023 o governo federal brasileiro, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, deu início à elaboração de uma Política Nacional de Cuidados (PNC), um marco histórico no país, que reflete alterações na conjuntura nacional, mas também mudanças internacionais após a pandemia de Covid-19.

Recém instituída por meio da Lei nº 15.069/2024, a PNC tem como objetivos garantir direito ao cuidado de forma integrada a todas as pessoas, priorizando simultaneamente o direito de ser cuidado e o direito de quem cuida de forma remunerada ou não; redistribuir o trabalho de cuidado por meio do compartilhamento de responsabilidades entre Estado, família, setor privado e sociedade civil; e valorizar tais atividades. Todo o processo de elaboração da política levantou questionamentos sobre aspectos conceituais em relação ao “cuidado” e “trabalho de cuidado” e seu marco teórico e conceitual, produzido a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Cuidados).

Esse grupo foi instituído em março de 2023, sob a coordenação da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (Senaec/MMulheres). Nesse panorama, o cuidado é definido como “um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida humana, da força de trabalho, das sociedades e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas” (Brasil, 2023, p. 8).

Como tal, o cuidado pode ser realizado de formas variadas, compreendendo atividades remuneradas e não remuneradas, independentemente do lugar onde é produzido, seja no âmbito doméstico familiar ou comunitário, em instituições públicas ou privadas. Segundo a definição, o local não restringe a natureza da atividade, mas ajuda a definir sua qualidade e quantidade. É um tipo de trabalho relacional, recorrente, passível de compartilhamento entre o Estado, o/as mercado/empresas e as famílias, que depende da interação direta ou indireta entre quem cuida e é cuidado, incluindo humanos e não humanos, como é o caso do trabalho para a subsistência por meio do cuidado com hortas e animais (Brasil, 2023).

Diante disso, a PNC se institui como uma contribuição importante para universalizar o cuidado no país, tendo em vista fatores interseccionais, e consequentemente para enfrentar as desigualdades concernentes a ele, por meio de um arranjo que institui o Estado, o mercado e as famílias como provedoras corresponsáveis dentro da sociedade. Ela pode auxiliar na mudança de percepções sobre o cuidado, mas também na alteração do sistema de provisionamento de cuidados no país, caracterizado por um regime familialista, ou seja, a família, em especial as mulheres, assume um papel preponderante em relação a outros atores no provisionamento de cuidados (Passos; Machado, 2021).

Com base no exposto, posso afirmar que o cuidado é um conjunto de práticas e relações cotidianas de duração regular, destinadas a garantir e gerir a sustentação da reprodução da vida, seja humana ou natural. Trata-se de um tipo de vínculo que torna viável a existência individual e coletiva, caracterizado por uma implicação com exterioridade. Consiste em um laço social pautado no reconhecimento da vulnerabilidade do outro e se estabelece a partir de um senso de responsabilidade e empenho em atender às suas necessidades, a fim de garantir seu bem-estar. Por isso, pode ser caracterizado como um fenômeno comunicacional.

Apresento ainda que a aprovação da PNC no Brasil está promovendo alterações na percepção do cuidado na sociedade brasileira por meio do reconhecimento e da visibilização desse trabalho definido por sua possibilidade de compartilhamento entre o Estado, o mercado e as famílias e ao estabelecê-lo como direito universal. A seguir, aprofundarei as reflexões a respeito do dispositivo de gênero, pois isso nos ajuda a visibilizar perspectivas historicamente silenciadas, permitindo a compreensão do cuidado de um ponto de vista singular. Buscarei explicitar alguns fatores que influenciam na percepção do cuidado como um atributo feminino inato. Conforme será apresentado, o cuidado não é um atributo inato, nem é exclusivamente feminino, mas expressa uma capacidade de vinculação dos seres humanos:

Cuidar significa lidar com a intimidade, com a corporeidade — fluidos, cheiros, doenças, toques —, com sentimentos de obrigação, compaixão, solidariedade, medo da morte, entre outros. Passa muitas vezes por relações com pessoas com capacidades limitadas e consciência restrita. A relação também pode ser atravessada pela troca mercantil ou de favores (Fontoura, 2023, p. 42).

2.2 O gênero do cuidado: instinto materno e maternalismo

Há uma história que atravessa os tempos e as gerações, presente em fábulas, mitos, pinturas, novelas, na publicidade, no imaginário popular e até mesmo na ciência, posto que o empreendimento científico é, estrutural e simbolicamente, integrante dos sistemas e valores da

cultura que, de tão recontadas, assumem um carácter natural e se integraram à forma de compreender a realidade. Esse é o caso do cuidado como um atributo feminino natural e inato. Consoante Frederici (2019), é na passagem do feudalismo para o capitalismo que as atividades reprodutivas são atribuídas às mulheres como parte de um processo amplo de reestruturação do modelo de reprodução social e, em especial, da reprodução da força de trabalho para atender às novas demandas econômicas.

A feminização do trabalho reprodutivo tem suas raízes na divisão sexual do trabalho, que separou trabalho remunerado como um atributo dos homens, impelidos para o espaço público, e trabalho doméstico não remunerado como um atributo das mulheres incumbidas do âmbito doméstico. Se para a sociedade feudal homens, mulheres e crianças tinham atribuições semelhantes na manutenção da sobrevivência, com o advento da nova ordem social, os papéis de gêneros se redesenham para atender aos interesses no novo mundo nascente (Frederici, 2019).

A própria ideia de infância, como é conhecida hoje, enquanto momento de preparação para a vida adulta, que exige proteção e cuidado e cujos limites físicos e psíquicos deveriam ser respeitados, foi inventada nesse contexto de transição, tomando como referência a história europeia, conforme aponta Badinter (1980). Antes disso, a autora demonstra que a negligência com as crianças era o *modus operandi* na França do século XVIII, onde, das 21 mil crianças nascidas em Paris, em 1780, mil foram amamentadas pela mãe, outras mil por amas de leite e as demais foram entregues a terceiros para serem cuidadas longe do convívio familiar. Essas eram as práticas de cuidado socialmente aceitas na época:

São numerosas as crianças que morreram sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltaram, alguns anos mais tarde, ao teto familiar, descobriram uma estranha: aquela que lhes deu à luz. Nada prova que esses reencontros tenham sido vividos com alegria, nem que a mãe tenha se apressado em saciar uma necessidade de ternura que hoje nos parece natural (Badinter, 1980, p. 15).

Mas essa realidade não era exclusiva da Europa, tampouco um passado superado. No Brasil, práticas semelhantes são engendradas na atualidade, e o curta documental de Lins (2010) evidencia o cruzamento da questão de gênero e racial na experiência de cuidado das famílias brasileiras no século XX e o caráter modelador da subjetividade da colonialidade. A análise de Badinter (1980) acerca das transformações das atitudes maternas ao longo da história sustentam que a ideia de “amor materno” é uma construção ideológica pseudocientífica para responder a problemas socioeconômicos, visto que a ausência de cuidados e afetos constantes colocava em risco a reprodução social.

De maneira provocativa, Badinter (1980) afirma que os séculos de abandono, descaso e negligência das mulheres-mães com relação às crianças na sociedade europeia demonstram a inexistência de um “instinto materno”. O que sustenta ainda hoje a gratuidade do trabalho doméstico e de cuidado é a ideia de que se trata de uma manifestação de amor e necessidade intrínseca de autorrealização das mulheres, fundado em um processo de captura da subjetividade feminina por meio de socialização e treinamento diários:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade intensa, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitassem trabalhar sem sua remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele (Frederici, 2019, p. 42-43).

Para se referir a um sistema moral e discursivo que confere violentamente às mulheres o imperativo da maternidade e do cuidado e a consequente responsabilidade sobre as futuras gerações, Iaconelli (2023, p. 5) define o maternalismo como o “discurso através do qual a sociedade justifica e reitera o lugar das mulheres — reduzidas à função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas — no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e manutenção do capitalismo, com a reprodução social”.

Por compreender os processos subjetivos como causa e efeito de um tempo histórico e de uma cultura determinada, a psicanalista denuncia o colapso de um modelo de maternidade que provoca o adoecimento das mulheres, encolhe suas capacidades expressivas e as empurram sistematicamente para a precarização e vulnerabilidade. Além do mais, responde de maneira anacrônica às demandas de cuidado do presente e futuro, responsabilizando desproporcional ou integralmente às mulheres sobre uma tarefa que diz respeito à vida de todos:

O colapso do modelo ideal de maternidade herdado do século XVIII e recrudescido no início do século XX é perceptível. Seu fracasso se faz notar no adoecimento das mulheres, na corrosão da conjugalidade com a chegada dos filhos, na precarização dos cuidados com as infâncias e na perda do direito à descendência em populações mais pobres (Iaconelli, 2023, p. 22).

Esse percurso nos leva ao entendimento de que as diferenças entre os sexos não são naturais, nem um dado biológico inquestionável, e que adotar a compreensão do fenômeno do cuidado a partir de uma perspectiva de gênero auxilia-nos na compressão de camadas ocultas

da realidade, nos permitindo desestabilizar narrativas hegemônicas, expondo os mecanismos de poder que sustentam as desigualdades entre os sexos.

Tendo como plano de fundo o desenvolvimento do pensamento feminista, Scott (1995) apresenta o gênero como categoria útil a ser utilizada à luz dos processos históricos, que não se refere apenas à experiência das mulheres, mas serve para decodificar sentidos e compreender a trama complexa entre as variadas formas de interação humana amplamente. A autora o define enquanto elemento constitutivo das relações sociais que se fundamentam nas diferenças entre os sexos, produzidas historicamente por meio de instituições, discursos e práticas sociais, sendo responsável por significar as relações de poder.

Para Butler (2000), tanto o gênero quanto o sexo são construídos socialmente, não existem *a priori*; por isso, não podem ser considerados substância ou essência. É a partir da atuação performativa, ou seja, pelo modo como se apresenta e é reconhecido, que o sujeito se constitui e garante inteligibilidade social. Nesse sentido, o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos, a partir de dimensões raciais, sexuais e regionais, posição de classe, entre outras. Segundo a autora (2000, p. 17), as diferenças sexuais não são nunca, simplesmente, em função de diferenças materiais, sem que sejam de alguma maneira demarcações discursivas, posto que “o discurso produz efeitos sobre o que ele nomeia”.

Para Butler (2000), o ato de nomear refere-se ao estabelecimento de uma fronteira, ou seja, à demarcação de uma diferença, mas também à inculcação repetida de uma norma. Nesse sentido, “o ‘sexo’ é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (Butler, 2000, p. 2) e não funciona apenas como uma norma, mas integra as práticas regulatórias que produzem e governam os corpos, isso implica que o sexo também é um dado socialmente construído. A autora dissolve a distinção que atribui ao sexo à dimensão biológica e natural, uma espécie de repositório em que o gênero como construto cultural seria depositado.

Na percepção de Butler (2000, p. 2), “não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria”, já que a própria materialidade de um corpo se constitui a partir das normas regulatórias do sexo. De acordo com Frederici (2019), nos processos de transição do feudalismo para o capitalismo, a burguesia, como classe emergente aspirante ao poder, instaurou uma batalha contra o corpo a fim de constituir um novo tipo de indivíduo. Para tanto, colocou o corpo feminino a serviço do aumento da população, como uma forma de garantir o acúmulo da força de trabalho, a qual se estabelece como sua marca distintiva:

Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona

de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo tão invisível (Frederici, 2019, p. 44-45).

É possível entender, a partir disso, que o gênero opera como uma instância modeladora de vínculos sociais, definindo dinâmicas de relacionamento na sociedade. No caso do cuidado, ele produz diferenciação dos papéis sociais baseada em atributos sexuais com a finalidade de garantir e organizar os modos de produção capitalista. A lógica de organização da reprodução da vida é definida por vínculos sociais, os quais, por sua vez, são estruturados a partir de dispositivos como o de gênero.

Procurei demonstrar, nesse excerto, que aquilo que pode ser apresentado como um atributo inerente às mulheres é, na verdade, resultado de um longo processo de socialização e que a responsabilização feminina pelo trabalho de cuidados produz diversas consequências na vida das mulheres, o que, em última instância, explicita a misoginia como algo intrínseco a esse modelo de gestão da vida social. A feminização do trabalho de cuidado, na maioria das vezes, compromete a saúde física e mental das mulheres, afasta-lhes do mercado de trabalho formal e remunerado, das universidades e dos espaços de escolarização, limitando seu poder de ação no mundo e sua participação nos processos de tomada de decisão.

A baixa escolaridade pode ter consequências socioeconômicas, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e morte (Camarano; Pinheiro, 2023). À luz do que foi dito, se o cuidado é essencial à reprodução da vida de todas as pessoas, sua redistribuição entre homens e mulheres, mas também entre instâncias como mercado, Estado, comunidades e distintas esferas, cumprirá papel decisivo na promoção de uma vida mais justa, solidária e saudável para todas as pessoas. Para isso, faz-se necessário promover novas dinâmicas de relacionamento pautadas em uma ética do cuidado, o que será demonstrado a seguir.

3 COMUNICAÇÃO E CUIDADO: a construção de uma interface

Nos acostumamos com a ideia de que a comunicação é uma área de interfaces. E qual delas não seria? É o que questiona Braga (2011); segundo o qual, essa afirmação é óbvia e redundante, não devendo ser utilizada para evocar as características básicas constituintes do campo comunicacional. O autor afirma ser perigoso e equivocado pensar a comunicação como uma espécie de terreno vazio que depende quase exclusivamente das ferramentas alheias para realizar seus empreendimentos, como se não fosse capaz elaborar seu pensamento sem o apoio de outras disciplinas humanas e sociais. Conforme explana Braga (2011, p. 64):

O que distingue uma disciplina de conhecimento social, hoje, é sobretudo uma tradição constitutiva de um ângulo especial para olhar a sociedade. Esse ângulo não é rigidamente unificado, mas sim comporta variedades, preferências diversas. Todas as CHS apresentam espaços indefinidos, transições entre sua caracterização como “disciplina” e interfaces, reflexão praxiológica e perspectivas de ordem prática. O campo acadêmico, em geral, é atravessado por essas diferentes transições.

Isso implica que todas as áreas se constituem a partir de fronteiras, definidas por meio do estabelecimento dos seus ângulos específicos para a observação da realidade. A interface, nesse sentido, resulta de um movimento de aproximação entre campos distintos com o objetivo de ampliar a capacidade de captura das complexidades do objeto. A interface é o resultado de uma construção, mas, para isso, é preciso saber qual é o objeto dos campos em relação. Para Braga (2011, p. 66), “o objeto da Comunicação não pode ser apreendido enquanto ‘coisas’ nem ‘temas’, mas sim como um certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional”.

Como explana Braga (2011), à comunicação interessa perguntar “como” acontecem os processos de interação social, sendo esta uma das singularidades deste campo do conhecimento. Nessa mesma direção, Sodré (2014) parece concordar quando define a comunicação como o processo de tessitura dos laços sociais. Atuante na produção e organização das diferenças, por meio da criação de uma base coletiva onde os sentidos são compartilhados e tornam a existência dos sujeitos possível. Em outros termos, os sujeitos existem à medida que criam sentidos sobre sua existência e o fazem enquanto se relacionam e são afetados por aquilo que é exterior a si.

Diante disso, os processos comunicacionais estabelecem-se quando o comum, como um espaço de possibilidade, não necessariamente físico, é constituído entre os diferentes e quando ocorre o preenchimento do vazio, uma expressão da condição inescapável dos seres humanos, com uma existência marcada pela incompletude e transitividade. Isso implica o reconhecimento

de que os sujeitos, para se constituírem, precisam que sua existência esteja inserida em uma teia de conexões, que também pode ser chamada de comum, o qual, por sua vez, é o resultado das mobilizações de si, em relação ao outro para a construção de sentidos.

Com base nisso, o cuidado pode ser percebido como um processo comunicacional por meio qual os sujeitos se constituem mutuamente, conforme são afetados e destinam sua atenção para atender às necessidades do outro. A atenção, nesse caso, é uma abertura necessária para a criação do vínculo. Ao atender às necessidades de cuidado do outro, o sujeito desenvolve suas próprias necessidades, que também deverão ser atendidas, isso se dá em um ciclo dinâmico que se retroalimenta continuamente.

Por isso, cuidar é uma forma de se vincular, pois, ao passo que o sujeito destina sua existência para a produção de um alter, um outro, ele produz a si mesmo. Essa relação se estabelece em um ciclo dinâmico e contínuo que se retroalimenta de maneira indefinida. Um exemplo disso é a relação parental. A respeito, Conaboy (2024), ao analisar o cérebro materno, constata que a atribuição do cuidado às mulheres com base na noção de instinto biológico não se sustenta do ponto de vista da neurociência.

Em detrimento de um dado inato, a autora ressalta a capacidade adaptativa do cérebro, diante da exposição às atividades de cuidado, independentemente do sexo biológico. Afirma ainda que o vínculo parental se constitui em um processo relacional, de modo a não existir mãe ou pai, *a priori*. Tais funções definem-se, segundo ela, pelo cuidado dispensado, o qual produz alterações na formação dos sujeitos, em especial na sua arquitetura cerebral: “Tornar-se mãe ou pai é um processo. A menos que já tenhamos nos dedicado antes ao trabalho intensivo de cuidar de alguém vulnerável, nossa capacidade fundamental para a parentalidade não é preexistente. Ela cresce” (Conaboy, 2024, p. 25).

Convém destacar também que o cuidado é uma capacidade relacional que se expande mediante as práticas que destinamos, mas também que nos alcançam. Nos termos de Conaboy (2024, p. 36):

O bebê e quem o deu à luz desenvolvem-se lado a lado em um nível neural, não só em resposta aos genes e ao ambiente, mas também em resposta um ao outro, cada nova fase pautada na anterior, em um processo que não termina na sexta semana pós parto, ou quando o bebê é desmamado ou começa a andar ou entra para a escola. É um processo contínuo. Esse tipo de crescimento, intenso no início e recíproco, talvez não se pareça com nada que a mãe tenha experimentado antes, ou pelo menos não desde que ele estava do outro lado do processo. E não ocorre só com mães. Seguindo os passos de Rosenblatt, hoje, estudiosos esclarecem que na verdade o “comportamento materno” é uma característica básica humana, e não exclusivamente materna. Estudos sobre homens que são pais, incluindo pais não biológicos em casais do mesmo sexo, constataram que o cérebro de homens que cuidam de seus filhos de forma regular muda de modo espantosamente similar ao das mães gestacionais.

Nessa perspectiva, consoante Sodré (2014), a comunicação é um campo estratégico e pode oferecer contribuições para pensar o fenômeno do cuidado e projetar outras dinâmicas de vinculação social. Além disso, a construção de uma interface a partir do encontro entre a comunicação e o cuidado se apresenta como uma oportunidade de refletir sobre um fenômeno candente na sociedade que estrutura os modos de se relacionar. Nessa interface, o cuidado é um valor que deve organizar os modos de vida mediante um senso de atenção e responsabilidade, criando uma obrigatoriedade que impele o sujeito a uma existência coletiva.

Essa característica, portanto, aproxima-se do entendimento de comunidade apresentado anteriormente, na esteira de Esposito (2002), Sodré (2014) e Paiva (2003). Nesse sentido, o cuidado enquanto um fenômeno comunicacional é percebido como um processo construtor de comunidades, visto que não se realiza de modo isolado, mas sim em redes colaborativas, em que diferentes se interligam independentemente da sua vontade para garantir sua existência. A respeito da colaboração como uma característica do processo comunicacional, Costa (2018, p. 132) define:

A palavra “colaborar” tem origem etimológica no latim, *collaborare*, que significa trabalhar com outro(s) na mesma atividade, cooperar para a realização de algo. Colaborar, então, diz respeito a uma forma de se relacionar com o outro, o que sempre fizemos (e faremos), tendo em vista que vivemos em sociedade e precisamos do outro o tempo inteiro.

O cuidado, assim como a comunicação, é um processo colaborativo de envolvimento entre múltiplas existências tanto humanas quanto naturais e técnicas, para a formação de uma base comum em que a vida social acontece e se realiza. Parafraseando Sodré (2014), cuidar é poder ser. A teoria do cuidado postula, desde as suas origens, como explica Brugère (2023), o cuidado como uma experiência fundada a partir de uma ética relacional estruturada pela atenção com os outros.

Ao analisar o desenvolvimento teórico e prático das concepções em torno de uma ética do cuidado, Brugère (2023) reúne novos elementos para a composição do conceito de cuidado, garantindo mais robustez ao seu projeto. Para ela, o cuidado é uma atividade relacional dedicada a manter, reparar, proteger e ajudar o desenvolvimento individual e coletivo do outro; enquanto ação se fundamenta no sentimento de responsabilidade frente às vulnerabilidades ou às cadeias de vulnerabilidades nas quais o sujeito se insere.

Cuidar, na ótica de Brugère (2023), é uma “forma de fazer”, uma prática social que se constitui a partir da relacionalidade, ou seja, aquele que cuida procura fazer isso considerando as dependências e interdependências dos envolvidos, agindo de forma mais ajustada àquelas

necessidades. Ao escrutinar as bases das práticas de cuidado, historicamente relegadas à esfera doméstica, conforme já apresentado, como um atributo natural feminino e sistematicamente desvalorizado, torna-se possível propor outras dinâmicas de relacionamento entre diferentes agentes no provimento desse bem fundamental à reprodução da vida, por meio da elaboração de políticas, como práticas e processos que auxiliam na mediação da vida em sociedade, na redistribuição e na corresponsabilização em distintas esferas.

Com isso, é possível ampliar os objetos de estudo da comunicação, expandir as áreas de atuação profissional e estimular o surgimento de metodologias de intervenção voltadas para o remodelamento econômico e social, por meio de outros regimes de proteção dos indivíduos, com base na atenção com o outro e na responsabilidade para a promoção do cuidado. Para isso, é preciso desenvolver novas representações sobre os sentidos atribuídos ao cuidado, capazes de contrapor os valores do capitalismo neoliberal em sua face financeirizada, destacado, por Fraser (2024), como um tipo particular de sociedade, uma ordem social institucionalizada, e não só um sistema econômico responsável por organizar os processos de produção e troca econômica.

Consoante Fraser (2024, p. 128-129), o capitalismo neoliberal também é um modo de “organizar a relação de produção e troca com suas condições não econômicas de possibilidade”, ou seja, a reprodução social, a natureza e os bens comuns são “condições não econômicas de fundo”, responsáveis por sustentar os processos produtivos dentro do capitalismo. Nessa fase financeirizada, o capitalismo é caracterizado, pela autora, a partir de um *continuum* processo de apropriação de recursos e trabalhos “denegados” e, em razão disso, situados fora dos mercados capitalistas formais. Incluem-se aí a exploração das mulheres, especialmente as racializadas, migrantes e periféricas, e o trabalho de cuidado não remunerado ou mal remunerado, bem como o desinvestimento público e a consequente mercantilização da reprodução social.

Globalizante e neoliberal, esse regime promove o desinvestimento estatal e corporativo no bem-estar social e, ao mesmo tempo, recruta um imenso contingente de mulheres para a força de trabalho remunerado, externalizando o trabalho de cuidado para as famílias e comunidades e reduzindo sua capacidade de realizá-lo. Disso resulta uma nova organização dualizada da reprodução social, mercantilizada para quem tem condições de pagar por ela e privatizada para quem não tem, pois algumas das pessoas na segunda categoria oferecem trabalho de cuidado em troca de salários (baixos) para quem faz parte da primeira (Fraser, 2024, p. 111).

Isso implica reconhecer uma superação de um antagonismo binário que dividiria o mundo entre os donos dos meios de produção e os produtores da força de trabalho. O que Fraser (2024) explicita, em sua concepção, é o fato de que esse conjunto de fatores é responsável por

universalizar a precariedade por meio de uma simbiose entre a exploração e a expropriação que alcança cada vez mais pessoas. Nas palavras da autora:

Desse modo, encontramos no atual regime um novo entrelaçamento entre exploração e expropriação, e uma nova lógica de subjetivação política. No lugar da antiga separação nítida entre as pessoas sujeitadas e dependentes expropriáveis e os trabalhadores livres exploráveis, aparece um continuum. De um lado está a massa crescente de pessoas sujeitas exploráveis indefesas; de outro, um número cada vez menor de cidadãos-trabalhadores, sujeitos “apenas” à exploração. No centro disso, está uma nova figura, antes livre, mas profundamente vulnerável: o cidadão-trabalhador explorado e expropriado. Não mais restrito às populações periféricas e minorias raciais, essa nova figura está se tornando a regra (Fraser, 2024, p. 82).

As estratégias para a construção dessa interface devem, então, estar comprometidas com a emancipação das mulheres, ao passo que sejam capazes de desenvolver os meios necessários para liberá-las da atribuição quase exclusiva do trabalho de cuidado, conforme aponta Brugère (2023), e de garantir igualdade de gênero, como preconizam os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, mais especificamente a meta 5.4 em sua versão adaptada pelo Brasil. Tal meta, além de propor o reconhecimento e a valorização do trabalho não remunerado, traça como horizonte a eliminação das desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, incluindo o trabalho doméstico e de cuidados, de acordo com o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2019).

O Brasil vai além do texto original também quando atribui o foco à autonomia das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional levando em conta raça, etnia, território, religião, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero etc. e as particularidades nacionais, estimulando a elaboração de políticas públicas e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias (Ipea, 2019). Diante do interesse de capturar o desenho das relações sociais (França, 2001) e de gerir vínculos sociais (Sodré, 2014), a comunicação pode auxiliar no entendimento de “como” os sujeitos se cuidam, isto é, se vinculam em um contexto determinado, seja em uma organização, um dado grupo social, uma política pública etc.

A partir desse prisma, considero o cuidado como objeto de estudo comunicacional, por ser uma ação constitutiva dos seres humanos, da qual depende sua existência, sendo responsável também por modelar os modos de ser, viver e se relacionar, além de atuar na produção de representações, definindo funções sociais, hábitos, costumes e produzindo formas particulares de relações sociais, como evidenciei nos capítulos anteriores.

Ao se deter acerca da questão da interface, Braga (2004) afirma que ela não deve se confundir com a interdisciplinaridade, tampouco com a “transdisciplinaridade programática”, que, ao articular teorias, dissolve as fronteiras entre elas, mas sim como um esforço destinado

a atender a uma necessidade do próprio objeto de ser conhecido a partir das suas articulações; e ao fazer isso permite que conceitos, mesmo produzidos por campos diferentes, funcionem de modo articulado. Por isso, o autor considera a interface como um espaço de tensões, e não apenas de sobreposição harmoniosa:

No estudo das interfaces, o campo de conhecimento (de modo coerente com o objeto “interações”) se constitui não por separação ou distinção. Ao contrário, o conhecimento avança pelo desenvolvimento de percepção das incidências mútuas entre o campo da comunicação e os campos sociais e/ou de conhecimento outros - uma vez que o objeto não aparece nunca “em estado puro” (que seria o “exclusivamente comunicacional”) isolado de motivos e processos que lhe dão “tonalidades” (Braga, 2004, p. 229).

Neste capítulo, pretendo seguir as pistas de Braga (2004) e desentranhar as questões comunicacionais do fenômeno do cuidado, procurando propor zonas de contato entre esses campos, resguardando suas sobredeterminações e particularidades no processo interacional.

3.1 Cuidado como processo comunicacional

O cuidado é um tipo de laço social que se estabelece a partir do reconhecimento da vulnerabilidade do outro. Cuidar, assim como se comunicar, é um processo de vinculação social multidimensional, por reunir diferentes atividades e motivações em ambientes distintos, que garante a existência. Para Brugère (2023, p. 37): “O cuidado é exatamente essa atividade que mantém, repara, protege e ajuda no desenvolvimento individual ou coletivo”. É pertinente observar que o modo como cuidamos ou somos cuidados, isto é, nos vinculamos com os outros seres, sofrerá alterações com o passar do tempo e seguirá se atualizando ao longo da vida.

Isso porque as necessidades e possibilidades expressivas dos sujeitos envolvidos nesse processo relacional se alteram continuamente; seu repertório e linguagem são ampliados. O cuidado, portanto, assume um caráter dinâmico de produção da existência, influenciado por fatores interseccionais, como classe social, gênero, raça, território e outros. Por exemplo, os cuidados demandados por uma pessoa idosa, indígena ou mesmo um bebê ou uma pessoa com deficiência ou transtorno mental não são e não podem ser os mesmos, pois as especificidades dos sujeitos e seus contextos de vida denotam as particularidades do cuidado a ser produzido.

Nesse sentido, o cuidado é um vínculo responsável por criar uma base “comum” para a vida coletiva, como um senso de obrigação tal qual a comunidade. Essa obrigação assemelha-se à dívida resultante do processo de instauração de comunidade destacado por Esposito (2002). França (2016) postula a comunicação como uma relação reflexiva que pressupõe alteridade;

isso significa que, para o vínculo ser estabelecido, é necessário afetar e ser afetado pelo outro. A autora nos lembra que isso não ocorre em uma cadeia linear de estímulo e resposta, mas sim como uma circularidade que se retroalimenta por meio dos estímulos colocados em curso.

Mas esse movimento de afetação, nos seres humanos, é uma coisa bastante complexa; longe de ser uma cadeia linear estímulo-resposta, é dupla afetação, dinâmica de ida e volta, reflexividade. Supõe consciência do outro (quem ele é, como está reagindo ou irá reagir) e autoconsciência (consciência da própria atuação e formas de expressão). Funciona enquanto circularidade: projetando o outro, e, prevendo a afetação que desejo provocar nele, esse outro me afeta com antecedência. No mesmo movimento em que procuro afetar meu interlocutor, eu me afeto a mim mesmo (pensando na reação do outro, eu me estimulo e sou afetado por meus próprios pensamentos). O outro me afeta duplamente: através da consciência que eu desenvolvo sobre ele, sobre suas possíveis reações e atitudes, e me afeta também em função de sua reação e sua intervenção efetivas (França, 2016, p. 162).

De forma semelhante, o cuidado envolve um vínculo baseado na alteridade e assunção de um dever de responsabilidade em relação ao outro. Ao mesmo tempo que se refere a uma ação destinada a atender às necessidades do outro, por seu caráter dinâmico, deve-se observar que não é um processo unidirecional, em que o provimento seria realizado por um cuidador poderoso, pleno e sem necessidades que investe na existência de um recebedor carente, vulnerável e passivo. Na verdade, visto que todos os seres são fundamentalmente vulneráveis (Brugère, 2023), a existência humana é marcada por relações de interdependência.

A respeito, Núñez (2023) apresenta uma ótica contracolonial, em que a circularidade do cuidado é reparadora quando não sobrecarrega elementos de um ecossistema. Sua cosmovisão, pautada nos saberes originários, reconhece uma unidade indissociável entre corpo e território, humano e natureza; e, a partir disso, contrapõe-se a formas de relacionamento baseadas na ideia de um sujeito autônomo e independente, que se relaciona com a natureza como recurso a ser explorado. Por isso, o cuidado é um laço estabelecido a partir de existências interdependentes.

A noção colonial de exploração da terra, dos rios, das matas, é a mesma que opera na exploração do nosso território-corpo, esgotando-o, cansando-o, exaurindo-o. A vida é um laço de interdependências, e para que seus fluxos se movimentem de maneira saudável, é necessário que o cuidado seja reparador (Núñez, 2023, p. 116).

Isso é útil para perceber, nas relações de cuidado, que aquele que cuida, ao ser afetado por uma exterioridade, é modificado e, além de fornecer cuidado, cria suas próprias demandas por cuidado, que também precisarão ser atendidas por outros. O cuidado é uma ação circular e “em relações saudáveis entre adultos, em vez de o cuidado se dar apenas em mão única, ele circula. Não precisa retornar da mesma forma, mas algum tipo de redistribuição acontece,

equilibrando o vínculo em um ecossistema em que somos cuidadas/os/es ao mesmo tempo que cuidamos” (Núñez, 2023, p. 91).

Fontoura (2023) ao refletir sobre o conceito de cuidado, examina as contribuições de diferentes autoras, incluindo-se Joan Tronto. Segundo ela, a realidade cotidiana se estabelece por processos de negociação contínua entre as necessidades de cuidado, as responsabilidades decorrentes, o provimento e o recebimento, em múltiplas dimensões simultaneamente. Esse processo de provimento-recebimento do cuidado reflete uma organização em rede, entendida como estrutura de interconexão variável e multidimensional, em que os elementos interagem e se organizam em torno de regras, operando tanto do ponto de vista técnico quanto político-moral, sendo considerada meio e fim para a transformação social (Musso, 2010).

Por isso, a rede expressa um modo de existência e configura-se como um processo de construção de comunidade, como uma forma de vínculo social a partir da construção de uma experiência comum, que permite às pessoas imaginarem e criarem seus modos de vida (Paiva, 2003), conforme apresentado anteriormente. A comunidade é um imperativo de vinculação por meio do qual nos constituímos enquanto sujeitos na associação entre natureza, humanos e não humanos. É nesse sentido que se deixa entrever o cuidado como um processo de construção de comunidades, capazes de tecer outras possibilidades de troca entre os indivíduos, a partir de um regime moral, entendido como um conjunto de normas de onde emergem os modos de ser.

Para Fontoura (2023), por mais que o cuidado tenha sido atribuído historicamente às famílias como algo pertencente ao âmbito privado, sob o domínio das relações familiares e afetivas, restritas a uma experiência particular, isso reflete uma construção social determinada pelas percepções sobre as práticas de cuidado ao longo tempo. As formas como as sociedades lidam com as atividades de cuidado, como definem os agentes provedores e quais estruturas são acionadas para atender às necessidades de cuidado estão diretamente relacionadas com essas percepções. Procurando demonstrar as mudanças nas percepções sobre o cuidado, enquanto expressão dos processos de reprodução dos seres humanos, Frederici (2019, p. 319) ressalta:

Por séculos, a reprodução de seres humanos foi um processo coletivo. Era o trabalho das famílias estendidas e das comunidades nas quais as pessoas podiam confiar, especialmente em bairros proletários, mesmo quando moravam sozinhas, de forma que a velhice não era acompanhada por uma solidão desolada e pela dependência que tantos de nossos idosos experimentam. Foi apenas com o advento do capitalismo que a reprodução foi completamente privatizada, processo que agora foi levado a um grau que destrói nossa vida. Precisamos mudar isso se quisermos pôr um fim à constante desvalorização e fragmentação de nossa existência.

Por mais que as necessidades de cuidado não sejam igualmente distribuídas, nem a responsabilidade em torno do seu provimento, Fontoura (2023) não deixa dúvidas: o cuidado é um meio vital para a manutenção do cotidiano, tanto na vida de quem provém quanto dos que recebem. Nessa ótica, busquei caracterizar a interface entre cuidado e comunicação e aproximar tais conceitos. O cuidado é apresentado como fenômeno comunicacional, construtor de redes e comunidades, que exprime a existência interdependente destinada ao encontro com outros seres. A seguir, vou apresentá-lo como um processo ético que organiza os laços sociais a partir de valores e princípios de responsabilidade com o outro.

3.2 Por uma ética do cuidado

As atividades de cuidado estão por toda parte no cotidiano, contudo nem sempre são percebidas. No capítulo anterior, elenquei algumas razões estruturais que atuam em favor dessa invisibilidade e desvalorização. Apesar disso, o cuidado consiste em uma dimensão constitutiva da existência, baseada em uma ética relacional pautada por um senso de atenção em relação a todas as vidas e seres que povoam o mundo. Por isso, como aponta Brugère (2023), promove um conjunto de condutas que visam oferecer respostas à vulnerabilidade inescapável dos seres humano.

Consoante Spinoza (2016), a ética se refere à variedade de modos que uma existência pode assumir ao ser afetada no encontro com outros corpos aumentando seu *conatus*. Para ele, o *conatus* é o fundamento da ação ética e pode ser definido como uma força vital intrínseca aos sujeitos, que atua em favor da preservação e expansão da sua potência de vida, fazendo com que se tornem causa adequada das suas próprias ações, cujo horizonte é a liberdade e a alegria. É ao mesmo tempo energia e esforço racional de moderação dos afetos, evitando paixões e afetos tristes que refreiam a capacidade de agir no mundo. Sua formulação se contrapõe ao entendimento moral do bem e mal como expressões transcendentais.

No lugar de prescrever um conjunto de normas e valores exteriores aos sujeitos que devem orientar suas condutas e às quais devem se submeter, a ética, segundo Spinoza (2016), reposiciona os modos de uma existência como um dado contingente da experiência de afetação e imanente ao próprio *conatus*, que é a condição de possibilidade para a ação dos sujeitos. Por isso, afirma não existirem coisas boas ou más em si, visto que a qualidade de um ser depende de como aquilo que é externo à sua existência afeta seu *conatus*, ou seja, algo é considerado bom quando aumenta a potência de agir; e ruim quando diminui.

É indo por essa direção que o processo comunicacional é essencialmente ético, pois o vínculo é a matéria prima dos modos de ser e existir. Neste momento, cabe apresentar a ética do cuidado como uma experiência de vinculação social. Como tal, é uma concepção sustentada na ideia de um eu interdependente, preocupado, atento e disponível para cooperar com o outro. Como assevera Brugère (2023, p. 29): “Se a interação entre o eu e o outro está exatamente na origem dessa moral, ela deve, então, permitir que se saia da oposição individualista entre o eu e o outro em favor da consideração de uma perspectiva de interdependência e de cooperação”.

Diante disso, a ética do cuidado vem se consolidando como uma abordagem necessária para a compreensão dos processos de vinculação social, ao colocar o cuidado como categoria central para analisar a sociedade. Nessa esteira, Fontoura (2023) destaca que as formas de vinculação são múltiplas, implicam a fundação de sujeitos distintos e resultam em diferentes éticas. Em seus termos:

O desenvolvimento de éticas distintas é atribuído ao desenvolvimento psicológico diferente de homens e mulheres, às experiências e vínculos distintos que estabelecem ao longo de suas vidas. As mulheres, durante séculos, devido às suas responsabilidades como mães, dedicaram-se às atividades do cuidado e, com isso, desenvolveram o atributo da ética do cuidado, mais ligada a critérios relacionais, à empatia e à compaixão, enquanto os homens, por sua vez, organizam seu desenvolvimento moral em relação com a ética da justiça, baseada em critérios como a lei e a imparcialidade. Trata-se, portanto, de diferenças que surgem a partir dos papéis desempenhados, que fazem com que as mulheres ganhem uma “voz diferenciada” oriunda de sua posição social (Fontoura, 2023, p. 36).

Para Brugère (2023), é mais adequado falar em éticas do cuidado, frente à multiplicidade de abordagens existentes. A autora afirma que o desenvolvimento dessas formulações está intimamente relacionado com a história das mulheres, visto que, frente aos processos históricos de socialização, elas desenvolveram uma ética baseada na solicitude e no cuidado. Atrela-se também ao feminismo, responsável por confrontar regimes de saber e poder pautados em uma voz majoritariamente masculina, alicerçada em um raciocínio moral com regras rígidas e valores inatingíveis e pretensamente universais.

Essas caracterizações do feminino, como “sexo da solicitude e do cuidado” (Brugère, 2023, p. X), foram se cristalizando como características sexuadas, entretanto, por mais que as condutas e comportamentos decorrentes dessa ética não sejam um atributo inato, é inegável que desenvolveram um conjunto de tecnologias sociais, como modos de saber e fazer que resultam em respostas distintas aos problemas morais. Por isso, as reflexões da ética do cuidado visam, de modo geral, reposicionar o cuidado em sua dimensão política, reconhecendo sua urgência e necessidade, em contraposição à ideia do cuidado como pertencente à esfera privada.

Conforme assinala Brugère (2023), a ética, sob uma perspectiva feminista, desloca as fronteiras entre público e privado, destinando-se a ouvir a voz dos vulneráveis, dos menos escutados e reconhecidos, com a finalidade de fazer emergir outras formas de relacionamento no mundo. A concepção da autora pretende oferecer uma resposta crítica ao individualismo neoliberal, que preconiza uma vida autônoma e independente. Para isso, coloca em seu lugar a ideia de uma vida independente, colaborativa e solidária.

Nessa direção, Brugère (2023) afirma que uma ética fundada no cuidado é incompatível com o espírito do capitalismo atual, visto que pertence ao domínio da coletivização da vida “comum” por meio de processos não mercantis. Em decorrência, “a ética do cuidado não consiste em uma reorganização regional dos abusos do neoliberalismo, é antes uma revolução teórico prática” (Brugère, 2023, p. 9); aponta um horizonte de transformação social ao implicar outras formas de estar junto, zelando pelo bem-estar de todas as existências.

Como processo comunicacional, a ética do cuidado é uma experiência promotora de instâncias de relacionamento que preconizam transformações sociais por meio da cidadania. Essas instâncias podem ser denominadas “comunidades”, no sentido apresentado por Paiva (2003). Tal como afirmei no primeiro capítulo, ter em vista a comunidade como uma instância que promove cidadania implica seu reconhecimento como um esquema gestor alternativo dos vínculos sociais que amplia a capacidade de ação dos sujeitos no mundo.

Hirata (2022) parece concordar com esse horizonte quando aponta para a necessidade de construção de uma “sociedade do cuidado”, em que os laços sociais sejam estabelecidos e orientados pelas práticas de cuidado com o próximo e a produção da vida seja reconhecida e valorizada. Na concepção da autora, “nessa sociedade as cuidadoras teriam sua função social reconhecida, simbólica e materialmente, por salários juntos e condições decentes”; como tal, “homens, mulheres, ricos e pobres, brancos e negros, participariam do trabalho de cuidado em algum momento da vida” (Hirata, 2022, p. 9).

A sociedade do cuidado, portanto, enquanto horizonte político preconiza o cuidado como um direito, mas também um dever de todos. Hirata (2022) dialoga, em sua obra, com Joan Tronto, a fim de refletir acerca da ética do cuidado como uma prática social estruturante da democracia. Para Tronto (*apud* Brugère, 2023), cuidar envolve cinco fases, que resultam em atitudes desejáveis para a manutenção das democracias.

Figura 2 – Cinco fases do cuidado



Fonte: A autora (2025).

A primeira fase envolve atenção com o outro e identificação das suas necessidades, seguida por um processo de responsabilização e mobilização de si para atender às necessidades de cuidado do outro. A terceira fase refere-se ao cuidado de si, como condição de possibilidade para o cuidado com o outro, e define, de acordo com a autora, a origem da competência para o desenvolvimento das práticas de cuidado. A quarta fase diz respeito ao ato de receber cuidado; quando as necessidades são atendidas, produz-se responsividade. A quinta fase é possível em um novo contexto democrático, exigindo mudanças na ordem social vigente, relacionando-se à coletivização do cuidado, mediante o engajamento e o comprometimento dos cidadãos com o cuidado mútuo.

Além disso, a ideia de uma sociedade que cuida e as concepções presentes na literatura normativa acerca do cuidado podem ser vistas como esforços para a renovação da imaginação política democrática. A relevância da dimensão do cuidado surge como aspecto inovador e audacioso de um campo de estudos que repensa a democracia, a justiça e as relações humanas. Com base no exposto, fica evidente que a ética do cuidado pode fortalecer os processos de participação e tomada de decisão, visando ao bem-estar coletivo, e fortalecer a democracia.

Não resta dúvida que o cuidado é um tipo de vínculo promotor de dignidade, uma vez que potencializa a existência, expandindo as capacidades, sobretudo quando sua circularidade é garantida por cadeias de provisionamento autossustentáveis. Por se tratar de um processo de vinculação social, instaura o comum da comunicação como uma força inexorável que faz com

que os indivíduos mobilizem sua existência em direção ao outro à medida que são afetados e constituem mutuamente seus modos de ser. Isso se dá mediante as atividades de cuidado, que englobam: amamentar, dar banho, cultivar, comprar e preparar os alimentos, limpar casa, cuidar de roupas, prevenir doenças, zelar pela saúde e pelo bem-estar em caso de doença, acompanhar as tarefas escolares da criança, educar, prestar atendimento terapêutico etc.

Para isso, o cuidado deve ser produzido de maneira integrada e distribuída a todos os sujeitos e esferas da existência. Se a ética do cuidado é um saber acumulado das mulheres, faz-se necessária sua transmissão a todas as pessoas como expressão do gênero humano. Assim, será possível desenvolver uma gramática para o cuidado, ampliando o repertório e a linguagem, para se referir a ele e reconhecer seu valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que tenha falado em cuidado no singular, é necessário destacar que, por seu caráter múltiplo, talvez seja mais adequado falar em cuidados, no plural, pois não existe um único modo de produzir cuidado, nem de receber, assim como não existe um único tipo de sujeito. A multiplicidade dos modos de existir implica múltiplas formas de se vincular, ou seja, de se comunicar e cuidar. O cuidado atua na esfera da produção da existência como vínculo social estruturante dos modos de vida, em que a atenção com um outro é condição necessária à instauração do comum da comunicação.

Assim, a qualidade dos vínculos depende do nível de cuidado que consubstancia a existência. O cuidado, enquanto um conjunto de práticas, resulta em um saber que está sendo historicamente armazenado e posto em movimento pelas mulheres. Contudo, ao mesmo tempo que garante a reprodução da vida social, tem implicado processos de adoecimento e morte, tanto física quanto psíquica. Isso se deve aos arranjos que o consubstanciam na sociedade capitalista e, da forma como estão postos, representam uma ameaça à vida das mulheres, mas também às condições de vida no planeta.

Em razão disso, é urgente garantir a redistribuição da carga desse trabalho; afinal, se o cuidado é uma capacidade e necessidade de todos os seres humanos, deve ser produzido por todos e para todos. É necessário aprimorar o entendimento do cuidado, a partir das questões étnico-raciais, para compreender seus sentidos, tendo em vista a pluralidade étnica e territorial, os diferentes modos de ser e existir nas realidades maranhense e brasileira, mas também a fim de identificar os efeitos do racismo e da colonialidade na sua constituição.

Neste trabalho, refleti sobre a interface entre cuidado e comunicação a partir de uma estrutura organizada em três capítulos, que permitiu progressivamente reflexões acerca desse tema. No primeiro capítulo, discuti os sentidos da comunicação como processo de vinculação social, em que os sujeitos se constituem e organizam seus modos de vida por meio da criação de uma base comum de compartilhamento dos sentidos que consubstanciam os laços sociais.

No segundo capítulo, discorri a respeito do cuidado a partir da realidade concreta, evidenciando como a crise no seu provimento alterou as percepções sobre esse fenômeno e impeliu à elaboração de outras acepções. Dessa maneira, sistematizei algumas características do conceito de cuidado, que permitiram apresentá-lo de forma multidimensional, ressaltando os afetos e as questões de gênero como elementos constitutivos.

No terceiro capítulo, produzi a aproximação dos conceitos a partir das características evidenciadas anteriormente, sistematizando a interface entre cuidado e comunicação, a fim de demonstrar o cuidado como processo comunicacional. O percurso teórico permitiu demonstrar que o cuidado não pertence a uma esfera isolada, mas está atrelado às práticas comunicativas que dão forma às relações humanas. Assim, a pesquisa avançou tanto no campo conceitual e epistemológico quanto ético e político, alcançando os objetivos previstos.

Indiquei que o cuidado deve ser estabelecido como um valor universal, mas isso não pode ser engendrado por meio de um apagamento das práticas singulares de constituição da existência. O perigo de um cuidado único reside no apagamento da diferença constitutiva dos seres humanos. Por conseguinte, é fundamental expandir a compreensão de suas concepções a partir de contextos específicos, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, campesinas, urbanas, populações periféricas, migrantes etc., fazendo cruzamentos sobre distintas acepções sob uma perspectiva interseccional.

Além do mais, a ideia de uma sociedade para o cuidado é essencial para reflorestar a capacidade de imaginação política acerca da democracia e pensar outros esquemas gestores que o coloquem no centro da política. Com a aprovação da PNC no Brasil, estados e municípios, bem como empresas e demais organizações, precisam adaptar suas estruturas organizacionais, a fim de considerar as novas diretrizes. Por isso, é preciso empreender esforços para projetar dinâmicas de relacionamento que favoreçam sua implementação.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- BERTONI, Estêvão. Qual a cronologia científica da cloroquina na pandemia. **Nexo Jornal**, São Paulo, 24 maio 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/24/qual-a-cronologia-cientifica-da-cloroquina-na-pandemia>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 11, p. 219-235, dez. 2004. Edição Especial. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329223968_Os_estudos_de_interface_como_espaco_de_construcao_do_Campo_da_Comunicacao. Acesso em: 22 jul. 2025.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Revista Verso e Reverso**, São Leopoldo, ano 25, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. Brasília, DF: MS, 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. **Marco conceitual da política nacional de cuidados do Brasil**. Brasília, DF: MDS, 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco_Conceitual.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. Trad. Ercilene Vita. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- BRUM, Eliane. **Brasil construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. São Paulo: Arquipélago Editorial, 2019.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2 v. p. 110-125.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COMITÊ DE OXFORD PARA O ALÍVIO DA FOME. **Tempo de cuidar**. Trad. Master Language Traduções e Interpretações Ltda. Londres: Oxfam Internacional; Oxfam Great Britain. 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

CONABOY, Chelsea. **O mito do instinto materno**: como a neurociência está reescrevendo a história da parentalidade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. *Ebook*.

COSTA, Ramon Bezerra. **Economia da confiança**: comunicação, tecnologia e vinculação social. Curitiba: Appris, 2018.

CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas. **BBC News Brasil**. São Paulo, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origem e destino da comunidade. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

FREDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FONTOURA, Natália. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. *In*: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. p. 33-77.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Revista Eletrônica Ciber Legenda**, n. 5, p. 1-19, 2001. Edição Especial.

FRANÇA, Vera Veiga. **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FERREIRA, João Victor Barbosa. Infodemia e desinformação em tempos de pandemia: um levantamento das principais notícias falsas disseminadas nas redes sociais no Brasil durante o estágio inicial da Covid-19. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.defensoria.df.gov.br/index.php/revista/issue/view/5/RDPDF%20vol.%202%20n.%202%202020>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. *Ebook*.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta — e o que podemos fazer a respeito disso. Trad. Aline Scatola. São Paulo: Boitempo, 2024.

G1. **Caso Miguel**: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. São Paulo: Globo, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.gh.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar:** o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. São Paulo: SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Rayanderson. Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais; leia as frases. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 maio 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HIRATA, Helena. **O cuidado:** teorias e práticas. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2022.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista:** psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. *Ebook*.

IFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero:** a Internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. São Paulo: Makron Books, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 27 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS 5:** igualdade de gênero. Brasília, DF: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 24 jul. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2018.

LINS, Consuelo. **Babás**. Brasil, 2010. Documentário, 21 min.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías:** una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Marcelo de. Na contramão do comitê, Bolsonaro critica medidas de distanciamento contra a Covid. **Estadão**, São Paulo, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/na-contramao-do-comite-bolsonaro-critica-medidas-de-distanciamento-contra-a-covid/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MOURA, Flávia de Almeida *et al.* Práticas de comunicação como forma de emancipação social: três possibilidades de encontro com a diversidade social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, p. 617-634, set. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15166>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MUSSO, Pierre. **Tramas da rede**. In: PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.17-90.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

OBAMA, Barack. **Remarks by the President on research for potential Ebola vaccines**. The White House, 2 dez. 2014. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/02/remarks-president-research-potential-ebola-vaccines>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **COVID-19, racismo sistêmico y protestas mundiales**. Relatório do Grupo de Trabalho de Expertos sobre los Afrodescendientes. Genebra: ONU, 2020. Documento A/HRC/45/44. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/HRC/45/44>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Prestação de cuidados**: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_767811.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Folheto informativo Saúde digital. Washington: OPAS, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: 22 jul. 2025.

PAIVA, Raquel. **O espírito do comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PASSOS, Luana; MACHADO, Danielle Carusi. Regime de cuidados no Brasil: uma análise à luz de três tipologias. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1718>. Acesso em: 21 jul. 2025.

RADOMSKY, Guilherme. Roberto Esposito: comunidade, biopolítica e imunização. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 16, n. 35, p. 459-480, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p459>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIBEIRO, Sidarta. **Sonho manifesto**: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. *Ebook*.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos**: modos e significações. 2. ed. Brasília, DF: INCTI/UnB, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, out. 2007.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. A comunicação eletrônica é epistemóloga. [Entrevista cedida a] Rafael Grohmann. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 120-127, jan./jun. 2015.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Trad. Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

THINK OLGA. **O desfinanciamento da proteção às mulheres**. São Paulo: Think Olga, 2020. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WERNECK, Guilherme Loureiro *et al.* **Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Inesc, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Intergovernmental Negotiating Body to draft and negotiate a WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response**: report by the Director-General. Seventy-eighth World Health Assembly, A78/10, Geneva: WHO, 14 May 2025. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_10-en.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Biopoder e Espírito Comum. *In*: SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos; BULCÃO, Luana (org.). **Espíritos utópicos**: a regeneração do comum. São Roque: Gênio Editorial, 2023. p. 113-134.